

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

TÍTULO:

“O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE MANGUES EM JOINVILLE:

AGENTES, ESTRATÉGIAS E CONFLITOS”.

LUIZ ALBERTO DE SOUZA

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, Área de
Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de
Geociências do Centro de Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento
parcial dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 26/03/1991

Prof. M.Sc. Ivo Sostisso

Orientador

Prof. Dr. Paulo F. de Araújo Lago

Titular

Prof. Dr. Hoyedo Nunes Lins

Titular

Prof. Dr. Hélio Romito de Almeida

Suplente

Florianópolis, março de 1991

“Ocorre aqui como no caso do tuberculoso, segundo os médicos: no princípio é fácil a cura e difícil o diagnóstico, mas com o decorrer do tempo, se a enfermidade não foi conhecida nem tratada, torna-se fácil o diagnóstico e difícil a cura. Assim também ocorre nos assuntos do Estado, porque, conhecendo com antecedência os males que o atingem (o que não é dado senão ao homem prudente), a cura é rápida; mas quando, por não se os ter conhecido logo, vêm eles a crescer de modo a se tornarem do conhecimento de todos, não existe remédio”.

(Trecho de O príncipe, N. Maquiavel)

Florença, 1513

SUMÁRIO

Notas de Agradecimentos.....	6
Lista de Abreviações	7
Listas de Tabelas.....	8
Resumo.....	9
Abstract	10
1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	13
3. INTRODUÇÃO.....	15
4. CAPÍTULO 1. A Problemática da Ocupação	17
4.1. A caracterização da área: aspectos condicionantes	17
4.2. A pressão industrial	24
4.3. O fluxo industrial e seu impacto espacial.....	31
4.4. Caracterização das áreas de mangues	39
5. CAPÍTULO 2. A Estratégia da Ocupação	46
5.1. A indução programada da grande indústria.....	46
5.2. Os movimentos comunitários e a igreja	51
5.3. O capital imobiliário e os interesses futuros.....	55
5.4. O poder público como agente transformador do espaço urbano.....	60
6. CAPÍTULO 3. A Segregação do Espaço:	
O Papel dos Agentes Modeladores do Espaço Urbano	66
6.1. Os interesses específicos da grande indústria	66

6.2. A desigualdade na correlação de forças.....	69
6.3. O fracionamento do solo e o padrão de ocupação	74
6.4. Os proprietários fundiários e o papel do Estado na segregação do espaço ...	78
7. CONCLUSÃO.....	83
8. BIBLIOGRAFIA.....	86
9. ANEXOS	89
9.1. Fotocópias de documentos do SPU.....	90
9.2. Tabelas situação sócio-econômica.....	94
9.3. Fotografias das áreas de mangues	106
9.4. Fotocópias de reportagens sobre o mangue.....	117

NOTAS DE AGRADECIMENTOS

Esse trabalho só foi possível graças a colaboração, dedicação e apoio das seguintes pessoas e órgãos:

Ao CNPq, CAPES e UFSC, pelo auxílio financeiro concedido através de bolsas de estudos durante o curso.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Geociências da UFSC pelas suas dedicações.

Em especial ao Prof^o. M. Sc. Ivo Sostisso, pela capacidade, paciência e dedicação na orientação deste trabalho.

Ao Prof^o M. Sc. Roberto Lobato Corrêa da UFRJ, pelo apoio e orientação na elaboração do Projeto de Dissertação.

A Prefeitura Municipal de Joinville pela colaboração e apoio.

Dedico esse trabalho, à memória de minha mãe D^a Maria, minha família e aos amigos que incentivaram durante os anos de estudos e pesquisas.

Em especial aos trabalhadores, homens, mulheres, e crianças que vivem marginalizados na sociedade na esperança de dias melhores.

LISTA DE ABREVIACÕES

PMJ	Prefeitura Municipal de Joinville
SPU	Serviço de Patrimônio da União
CODISC	Companhia de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina
FATMA	Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - SC
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
BNH	Banco Nacional da Habitação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução da população de Joinville (1949-90)

TABELA 2 - Condição de uso da habitação

TABELA 3 - Motivo pelo qual a família migrou

TABELA 4 - Motivo pelo qual a família escolheu o mangue

TABELA 5 - Procedência da população segundo o tempo de moradia no mangue

TABELA 6 - Situação empregatícia

TABELA 7 - Destino dos dejetos

TABELA 8 - Procedência da população segundo a zona rural e urbana dos moradores

TABELA 9 - Renda familiar segundo o número de membros da família

TABELA 10 - Procedência da indicação do local (mangue)

TABELA 11 - Água Encanada

TABELA 12 - Luz Elétrica

RESUMO

“A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi anuncia o que será”. (Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1989).

Essa pequena, citação contida num grande livro sintetiza o sentimento e a esperança que comanda a vida das famílias que “escolheram” os mangues de Joinville para sobreviverem.

Esse trabalho é um pequeno esforço, e ao mesmo tempo uma homenagem, no sentido de descrever e compreender a luta dos “sem-terra” urbanos, que buscam melhorar suas condições de vida através da conquista e da posse de um terreno urbano.

Os agentes envolvidos como: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os proprietários industriais, são os personagens que disputam o espaço urbano, em particular os mangues, com a classe trabalhadora mais pobre.

O processo social de ocupação das áreas de mangues em Joinville é visto como parte integrante e necessária para a sustentação do sistema dominante e indissociável da questão urbana como um todo.

Esse processo contínuo de ocupação irregular, tem como consequência, proporcionado uma forma particular de segregação espacial, com o confinamento das classes sociais de mais baixa renda nessas áreas de mangues. E, através de investimentos maciços o Estado contribui para que também haja um processo lento e contínuo de renovação urbana.

ABSTRACT

The history is a prophet looking back: at it was and against it was, announces what will be. (Eduardo Galeano, as *Veias Abertas da América Latina*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1989).

This little citation contained in a large book, summarizes the feeling and hope that “choosed” the mangroves of Joinville to survive.

This work is a little effort and at the same time a honage, toward to describe and understand the light of the urban “without land”, that look for improving their lives conditions. Through conquest and possession of a lot.

The agents involved as: the ownens of large areas of land, real state agencies promoters, the state and the industries owners, are the characters that dispute the urban space, in particular de mangroves with the poorest workers class.

The social process of mangroves areas occupation in Joinville, is seen like an integrate part and necessary to support the dominant system and not divisible of the urban question like a whole parted.

This continuous process of regular occupation, contains as consequence, proportioning a particular from of space segregation, with the confining of the lowest income social class in these mangroves areas. And through high investments the state also contributes to the existence of a slow process, but continuous of urban renovation.

1. APRESENTAÇÃO

A cidade de Joinville por sua importância incontestável no cenário estadual, extrapolando inclusive esses limites, tem sofrido nos últimos anos o ônus desse crescimento desenfreado.

A explosão demográfica verificada nas últimas décadas não têm similares. O forte fluxo migratório observado a partir da década de 70 contribuiu decisivamente para a redução da qualidade de vida e o conseqüente agravamento dos problemas urbanos.

Nos últimos 35 anos, a população de Joinville cresceu cerca de oito vezes, com forte tendência de urbanização. Em 1950, a cidade possuía aproximadamente 43.000 habitantes, havendo uma distribuição equitativa entre a área rural e urbana.

No período de 1960/64, Joinville viveu suas mais altas taxas de crescimento demográfico, impulsionada pela fase do incentivo à industrialização dada pelo governo federal chegando a alcançar até 13,0% ao ano e a oferta de empregos crescia na mesma proporção.

A degradação ambiental de Joinville começa a acelerar a partir da década de 70. O crescimento desordenado e acelerado da economia local proporcionou a intensificação do fluxo migratório, com o estabelecimento de inúmeras famílias oriundas do interior de Santa Catarina e sobretudo do norte do Paraná nas regiões periféricas da cidade.

Estima-se que atualmente cerca de 95% da população do município vive dentro dos limites do perímetro urbano de Joinville.

Para uma população estimada em aproximadamente 445.000 habitantes, a densidade urbana de Joinville é de 20,7 hab./ha., muito baixa em relação aos padrões ideais do urbanismo moderno.

As características físicas do sítio urbano aliada à dificuldade de acesso a posse da terra pela camadas mais baixas da população, foi o início do processo acelerado e desordenado de ocupação das áreas de mangues para fins habitacionais. Não obstante, o capital imobiliário e industrial também entrou nesse processo de disputa pelo espaço público dos manguezais.

A compreensão exata desse fenômeno, os agentes envolvidos, as estratégias utilizadas para sua ocupação e dominação e os interesses que movem essa disputa, são os objetivos desse trabalho.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

A questão metodológica aparece sempre presente na discussão analítica dos problemas urbanos atuais.

Como instrumento teórico necessário para o suporte prático da pesquisa, é fundamental que a base parta de conceitos e linhas de investigação pré-definidos.

Nosso trabalho é baseado na análise do processo e das conseqüências diretas de uma questão sócio econômica e seus reflexos espaciais.

A produção do espaço por diversos agentes sociais, todos eles envolvidos nas relações sociais de produção, produzem em síntese um modelo particular de segregação espacial, motivo de análise desse trabalho.

A pesquisa partiu da análise concreta dos fatos atuais, da materialização espacial que o processo de ocupação dos mangues provocou na periferia urbana de Joinville. A compreensão dos fatos atuais não esqueceu a análise também dos fatos passados, cuja influência em função de seu grau de abrangência produz efeitos dinâmicos permanentes.

O estudo da documentação disponível, de dados estatísticos, de fontes cartográficas e bibliográficas, se deu num segundo momento, após a vivência prática da realidade de vida das famílias moradoras nessas áreas.

Por participarmos profissionalmente de uma equipe de técnicos do poder público municipal, cuja incumbência era justamente a de elaborar um programa de urbanização das áreas de mangues ocupados, é que constatamos no dia a dia, a miséria e a humilhação a que essas famílias estavam submetidas.

O contato cotidiano com essa realidade nos levou a direcionar nosso trabalho para o estudo desse triste cenário, ignorado pela maioria da população local.

Em Joinville, a pobreza urbana vive escamoteada sob o falso estigma de que ela seja uma “cidade feliz”.

Nossa abordagem levou em conta os 03 anos de experiência prática no “Programa Municipal de Urbanização dos Mangues” em Joinville, da Secretaria Municipal de Habitação.

A nível municipal pouco existia de material para estudo. A maioria dos trabalhos feitos são recentes, e partiram da iniciativa desse grupo técnico que trabalhava nessas áreas.

Como nosso trabalho prático já estava iniciado, adotamos uma orientação teórica de estudar essas áreas não apenas como o “local escolhido para morar”, mas como instrumento e objeto da reprodução do capital e formador de uma divisão social do espaço.

3. INTRODUÇÃO

A idéia de descrever como acontece a ocupação dos mangues, localizados na periferia do município de Joinville surgiu através do contato diário da nossa atividade profissional junto a Prefeitura Municipal de Joinville .

Tentamos compreender aqui porque essas áreas impróprias e vedadas por lei para ocupações de qualquer natureza acabam se tornando atrativas não só para a população carente, mas também para os detentores do capital industrial e imobiliário.

Entender como e porque a indústria, os promotores imobiliários, o Estado e outros segmentos da sociedade contribuem para essa ocupação, e conseqüentemente para a degradação ambiental desse ecossistema, é o objetivo final.

Nosso trabalho inicia por conhecer como esses diversos agentes sociais disputam a apropriação do espaço. Pela prática diária, percebíamos que havia uma obscura estratégia que norteava as ações concretas desenvolvidas por esses diversos segmentos sociais.

Sentíamos também, que haviam certos conflitos de interesses nessa disputa e na produção do espaço. O poder público municipal também passou a competir e influenciar no processo, através de intervenções urbanas desenvolvidas nessas áreas, como a implantação de uma política oficial batizada de “Programa de Urbanização das Áreas de Mangues Ocupadas”.

A preocupação com os problemas urbanos atinge hoje níveis alarmantes, notadamente nas cidades do porte médio e atrativas como é o caso específico de Joinville.

O grande fluxo migratório verificado nas últimas décadas contribuiu decisivamente para acelerar e agravar a ocupação desordenada dos mangues no município.

Essa população carente busca nas grandes cidades, a expectativa e a oportunidade de melhorarem suas vidas. A realidade porém nem sempre é melhor que o sonho, e a esperança muitas vezes acaba tornando-se um pesadelo.

Mais grave do que isso, é que no caso específico de Joinville a ocupação urbana e a ação antrópica sobre as áreas de mangues vem provocando e constituindo-se em sérios e graves problemas de degradação ambiental, sendo quase que inevitável e irreversível o empobrecimento do meio ambiente e por conseqüência, do nível de vida de sua população.

Assim sendo, partimos para o estudo do processo que os diversos agentes modeladores do espaço urbano utilizam para sua apropriação, as suas estratégias, interesses e conflitos, e por conseguinte, do resultado espacial que a combinação dessas ações produzem a nível de meio ambiente e principalmente do espaço urbano.

4. A PROBLEMÁTICA DA OCUPAÇÃO

4.1. A CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: ASPECTOS CONDICIONANTES

O processo de urbanização acelerado das cidades brasileiras é hoje irreversível. Aos poucos a cidade acorda para números cada dia mais crescentes sobre a deterioração do padrão de qualidade de vida. A cidade de Joinville apresentou um crescimento populacional entre a década de 70 e 80, a uma taxa média de 6,4% ao ano.¹

Apesar da taxa de urbanização a nível de Brasil se situar na faixa dos 70 %, esse percentual pode ser considerado admissível se comparado aos padrões europeus, onde a média se situa em até 95%.²

O alto índice de urbanização de Joinville, que segundo estimativa da Prefeitura Municipal gira em torno de 95%, concentrado nos 236 km² que compõe o perímetro urbano do município. Apesar disso, o município apresenta uma densidade populacional bastante baixa para os padrões modernistas, na faixa de 20,7 hab./ha.³

Esse processo rarefeito de ocupação do solo, tem sua origem na expansão contínua do perímetro urbano motivada por interesses políticos e na força dos agentes modeladores do espaço urbano, entre eles os promotores imobiliários e os proprietários dos meios de produção, em sua maioria formada por grandes industriais.

¹ Prefeitura Municipal de Joinville. Plano de Estruturação Urbana. 1987, p. 39.

² SANTOS, Carlos Nelson dos. "A cidade como um jogo de cartas". Projeto Editores. São Paulo. 1988, p. 16-17.

³ Prefeitura Municipal de Joinville, op. cit., p.41.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE JOINVILLE (1940/1990)

ANOS	TOTAL	POP. URBANA	%	POP. RURAL	%
1940	30.000	16.724	55,6	13.316	44,3
1950	43.334	21.390	49,3	21.944	50,7
1960	70.687	55.352	79,0	15.335	20,0
1970	126.058	112.134	88,0	13.924	11,1
1980	235.812	222.273	94,3	13.539	5,7
1990*	442.235	420.123	95,00	22.112	5,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

*Estimativa

Observa-se que o grande fluxo migratório ocorreu a partir da década de 50 e 60, com taxas de crescimento demográfico de aproximadamente 7% ao ano.

Nesse período inicia-se o processo de industrialização do país, a partir da década de 40 com impulso governamental.

A própria ocupação do espaço pelos colonizadores alemães determinou a estruturação espacial concentrada na atividade agro-industrial aqui implantada.

A colonização de Joinville iniciou quando às margens do Rio Cachoeira, desembarcaram os primeiros pioneiros, que a serviço da Companhia Colonizadora de Hamburgo haviam firmado um contrato com a família do rei deposto Felipe II, da Franca, para a colonização

de uma faixa de terras com aproximadamente 8 léguas quadradas* , em terras herdadas pelo Príncipe de Joinville pelo seu casamento com a Princesa Carolina, irmã de D. Pedro II.⁴

Nessa época, a Europa vivia o apogeu da era capitalista. A classe trabalhadora na Inglaterra e na Alemanha submetia-se a longas jornadas de trabalho de até vinte horas por dia nos casos extremos, com o emprego inclusive da força de trabalho de crianças .

Com a escassez da oferta de empregos na área rural, fortaleceu-se o processo de urbanização das cidades européias. A população era atraída pela industrialização crescente, porém as condições de trabalho que lhes eram impostas na época não podiam ser suportadas, e o trabalhador europeu por um processo histórico foi sendo afastado dos seus meios de produção e de subsistência, sendo lançado no mercado de trabalho sem qualquer proteção legal.⁵

Essa violência levou Karl Marx a fazer a seguinte afirmação:

*“A população rural expropriada pela força, expulsa das suas terras, e reduzido à vagabundagem, era levada com leis entre o grotesco e o terrorista, a submeter-se à força do chicote, do ferrete e de torturas, à disciplina necessária ao sistema do trabalho assalariado”.*⁶

* 8 Léguas é aproximadamente 52,8 Km².

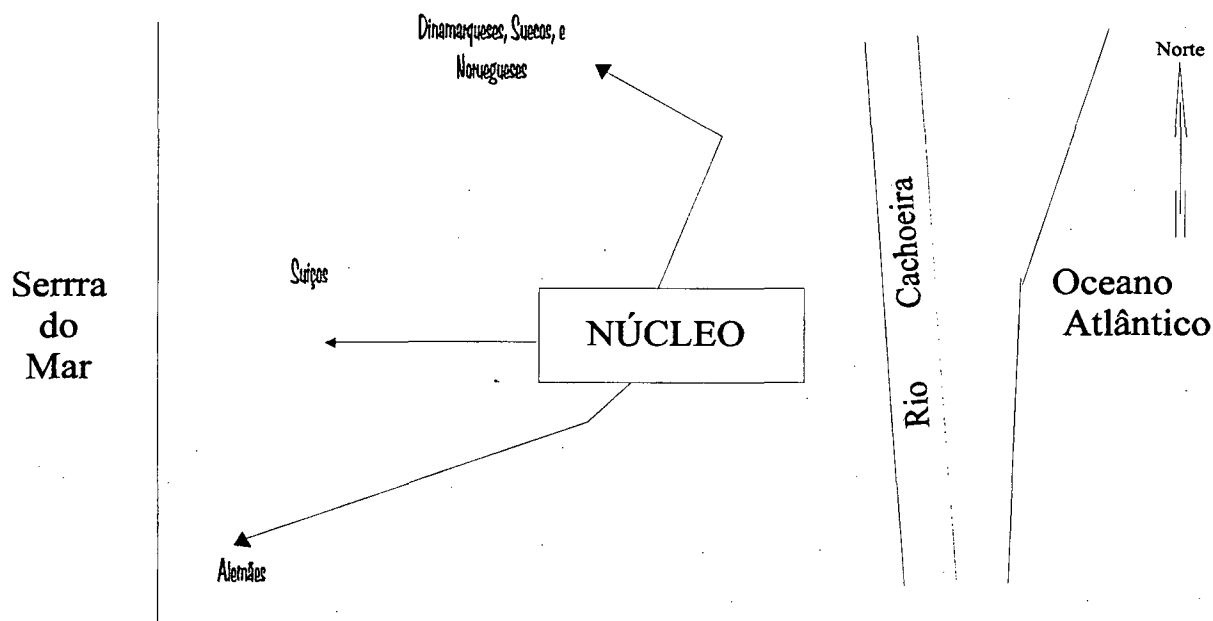
⁴TERNES, Apolinário. Historia Econômica de Joinville. Editora Meyer, Joinville, 1987.

⁵MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Editora Difel, São Paulo, 1984, pp;800-883.

⁶CONTE, Giuliano: Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo. Lisboa. Ed. Presença. 1986. p. 130.

ILUSTRAÇÃO 1

VERTENTES DE COLONIZAÇÃO DE JOINVILLE



Fonte: Herkenhoff, Elly. Era uma vez um simples caminho. Ed. Meyer, 1987

Da mesma forma que ocorria na Europa, em Joinville a fixação das primeiras famílias de imigrantes não se deu facilmente. O sítio histórico do núcleo colonizador foi iniciado às margens do Rio Cachoeira, local baixo e úmido que aliado ao clima da floresta tropical, se constituiu em forte empecilho à saúde das primeiras famílias de imigrantes.

O processo de ocupação do solo foi lento e gradual, mas de forma planejada. O fluxo migratório não parava. A Alemanha presenciava nessa época, uma perda constante de sua população economicamente ativa, a tal ponto de propiciar uma substancial queda no seu ritmo de crescimento econômico.

O que se constata portanto, é que a maioria dos imigrantes colonizadores de Joinville não foram pessoas que aqui chegavam para investir na “terra da promessa”*, mas sim forçadas pelas próprias condições sociais da época.

A possibilidade de se tomarem proprietários de terras numa colônia que começava a se erguer a milhares de quilômetros de distância na promissora América, apresentava-se como a possibilidade de um novo modo de vida e o resgate dos meios de produção, os quais tinham sido expropriados pelo modo de produção capitalista emergente que vingava na Europa.

O imigrante que para cá se deslocou, em sua maioria, adquiriu junto a Companhia Colonizadora parcelas de terras destinadas inicialmente a produção agrícola.

Esse processo de colonização difere da prática que se tentou aplicar em algumas colônias, como explica Karl Marx,⁷ em sua análise sobre a “teoria da colonização”, em relação às colônias britânicas na Austrália.

Em Joinville, a colonização não foi baseada para implantar o sistema de trabalho assalariado como se tentou na Austrália por exemplo. Aqui a colonização se baseava na exploração da terra e não do trabalhador, pois um dos obstáculos encontrados era a falta desse trabalhador livre e disposto a vender voluntariamente a sua força de trabalho.

Vale registrar, a importância conceitual de propriedade que Karl Marx⁸ elucidou com bastante veemência em seus artigos identificando duas vertentes: a primeira sendo

* Era um dos nomes pelo qual a Companhia Colonizadora de Hamburgo se referia em relação à colônia que estava sendo implantada

⁷ MARX, Karl. op. cit., capítulo XXV.

⁸ Ver a esse respeito: Marx, K. e Engels, F. A ideologia alemã. São Paulo. Hucitec, 1987

aquela “*que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor*”, e a segunda como o reverso da medalha, ou seja “*a que se fundamenta na exploração do trabalho alheio*”.

A facilidade de adquirir aqui a posse da terra e a iniciativa dos colonizadores em trabalharem para si mesmos, tornava na época, inviável contar com a mão-de-obra assalariada.

A colonização de Joinville no seu início foi marcada pela implantação de pequenas propriedades rurais puramente agrícolas.

O parcelamento da terra caracterizado pela influência germânica era de lotes grandes e sua ocupação respeitava afastamentos laterais e recuo frontal.

O processo evolutivo da malha urbana seguiu a tendência comercial. A estruturação do sistema viário possibilitou a criação de eixos comerciais ao longo dessas vias e sua ocupação foi caracterizada conforme as etnias dos colonizadores, ou seja, os eixos colonizadores da cidade foram divididos em três rumos: os alemães seguiram às margens do Ribeirão Mathias em direção ao sul, os de origem suíça para o oeste, atual ruas Nove de Marco e XV de Novembro, e finalmente para o norte seguiram os de origem nórdica (dinamarqueses, noruegueses, suecos), desbravando a atual rua Dr. João Colín.⁹

De importância fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico de Joinville, foi a expansão urbana verificada após a abertura da Estrada Dona Francisca em direção à Serra do Mar.

O plano de abertura da estrada, que deveria conduzir ao interior via norte até o pé da Serra do Mar, começou desde a chegada dos primeiros imigrantes em 1851. Mas, foi

⁹HERKENHOFF, Elly. “Era uma vez um simples caminho.” Editora Meyer, Joinville, 1987. pp. 11-14.

somente no ano de 1858 que era dado início “*a empreitada longa e irreversível da abertura da Estrada Dona Francisca*”.¹⁰

A consolidação desse acesso, possibilitou a penetração da ocupação em direção a área rural, com incremento na produtividade agrícola e criação do núcleo populacional do distrito de Pirabeiraba.

Em agosto de 1874, Joinville teve sua primeira grande Exposição Agro-Industrial, que reunia diversos produtos artesanais da já próspera Colônia Dona Francisca. Após 23 anos de fundação o núcleo colonial estava consolidado. As pequenas atividades artesanais ganhavam corpo e a colônia expandia-se polarizando a região desde o porto de São Francisco, até o pé da Serra do Mar.

A pequena manufatura começava a sobrepor-se à atividade agrícola. Alguns imigrantes tinham se retirado, rumando para centros maiores do país em busca de melhores condições de vida. Porém, os imigrantes continuavam a chegar e traziam dentro de si o espírito empreendedor e a vontade de vencer, bafejados pelo espírito do sistema capitalista europeu.

A industrialização era a alternativa dessas pessoas, porém a dualidade comércio e agro-indústria persistia.

¹⁰ Idem, p. 79.

4.2. A PRESSÃO INDUSTRIAL

Marcada pela influência colonizadora germânica, a cidade cresceu sob a égide do desenvolvimento baseado no trabalho produtivo, inicialmente o artesanal. A estrutura agro-industrial predominante da economia do início do século, possibilitou aos seus detentores, um crescimento social e econômico, ao nível que o continente europeu possibilitava pelo seu processo capitalista de industrialização. Os imigrantes que aqui chegavam traziam o sonho de transformar rapidamente a paisagem nativa em produtos e mercadorias de consumo.

O processo gerador de industrialização da cidade pode ser considerado típico. O capital industrial atual possui em sua maior parte, raízes e origens na própria região, que através das primeiras vias de tráfego, como a Ferrovia Dona Francisca, propiciou os primeiros deslocamentos e circulação de mercadorias pela região. A mudança da estrutura econômica eminentemente agrícola para agro-industrial foi rapidamente absorvida pelos imigrantes europeus, que em sua maioria eram originários de cidades industriais como Hamburgo, que além de grande cidade portuária já possuía naquela época uma forte atividade industrial.

Essa inversão do modo de produção dá início ao aparecimento da pequena indústria, do trabalho assalariado e do sistema patrão-empregado, com a divisão social do trabalho sendo implantada nas pequenas oficinas e comércios manufatureiros da época que existiam espalhados pela cidade.

Para Karl Marx¹¹,

¹¹ MARX, Karl. op. cit., p.p.402-411

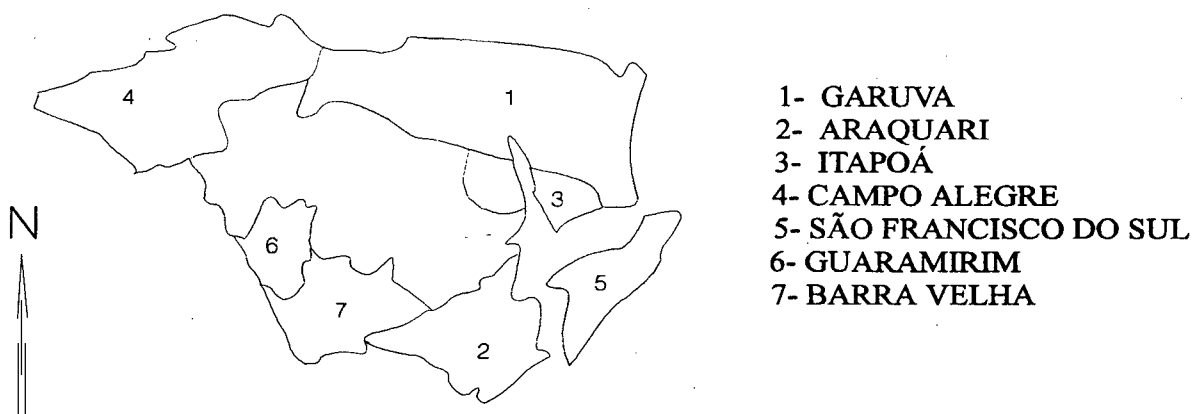
“a lei que regula a divisão do trabalho na comunidade, opera com a força irresistível de uma lei natural..., essas comunidades se bastam a si mesmas e se reproduzem constantemente da mesma forma e, se forem destruídas, se reconstroem no mesmo lugar, com o mesmo nome”.

O processo de expansão da indústria joinvilense já havia começado. A sua economia e o mercado a que se destinavam sua produção ampliavam-se. A madeira, a erva-mate e os produtos metal-mecânicos tinham no comércio exterior um mercado a ser explorado, abrindo ao município um novo ramo de atividade comercial: a exportação e a importação.

Através do antigo porto do Bucarein* e do porto de São Francisco do Sul, a produção era escoada da região, propiciando a polarização da região norte pelo município.

ILUSTRAÇÃO 2.

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE



Fonte: Secretaria de Planejamento - Prefeitura Municipal de Joinville

* O porto do Bucarein localizava-se no rio do mesmo nome, afluente do Rio Cachoeira. Está desativado devido ao seu assoreamento completo

A polarização em torno do município pode ser explicada e entendida pelo desenvolvimento dos agentes privados na estruturação da economia local, baseada na livre iniciativa e principalmente através da atividade fabril.

E, é esse setor secundário atuante que determinou o crescimento econômico da cidade, e ao mesmo tempo produziu o reverso da medalha ou seja, contribuiu para o empobrecimento urbano generalizado uma vez que a falta de investimentos em infra-estrutura e serviços básicos, aliado a desordem institucional agravaram os conflitos sociais que é próprio do sistema econômico vigente.

Segundo Manuel Costa¹² que analisa com muita propriedade essa questão, o caos é previsível:

“A deterioração da vida nas grandes cidade não é um fenômeno recente nem tampouco um fenômeno brasileiro. Parece existir entre os especialistas que se dedicam ao estudo da questão o consenso de que, a menos que se consiga reduzir o ritmo de crescimento e programar convenientemente as atividades econômicas nas grandes cidades, a deterioração da qualidade de vida urbana será inevitável como irremediável será o empobrecimento do meio ambiente”.

¹² COSTA, Manuel Augusto. Estudos de demografia urbana. Rio de Janeiro. IPEA INPES, 1975, apresentação.

A prova de que a razão é direta entre crescimento e empobrecimento nas cidades, é o fato de Joinville apesar de ser o principal município em arrecadação no Estado e o 3º na região sul, em 1986 a cidade possuía apenas o 24º padrão de vida do Estado e o 376º a nível de Brasil.*

Aproximadamente 58% da população economicamente ativa atua no setor secundário percebendo não mais do que três salários mínimos de renda mensal.

O poder aquisitivo baixo se reflete na oferta do setor terciário, que representa cerca de 36% da economia do município, mas somente pequena parcela da população tem acesso a esses serviços.¹³

O crescimento acelerado da população a partir da década de 70 coincide também com um grande deslocamento de massa trabalhadora oriunda das áreas rurais em direção às cidades em busca de trabalho.

A nível nacional a situação não era diferente. Para Inácio Rangel¹⁴, o problema da industrialização brasileira é que ela ocorreu sem a modificação da estrutura agrária do país, que, ao mesmo tempo que as cidades se industrializavam o campo expulsava enormes contingentes de trabalhadores em direção a esses centros urbanos, pessoas essas que partiam em busca de melhores condições de vida.

Portanto, o fenômeno da urbanização de nossas cidades tem suas raízes no processo de industrialização do Brasil.

* Conforme entrevista do então Secretário Municipal de Planejamento ao Jornal Diário Catarinense, de 09/03/87.

¹³ Governo do Estado de Santa Catarina. Atlas de Santa Catarina. Gaplan, 1985.

¹⁴ RANGEL, Inácio. A Inflação Brasileira. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1978, p. 39-40

Essa mobilidade do homem é para Milton Santos¹⁵, a responsável pelo avanço da cidade, pela sua estagnação e ao mesmo tempo o motivo para seu inchaço:

“O homem é o elemento de maior mobilidade dos países subdesenvolvidos e a cidade recebe, assim as populações vindas da zona rural. No entanto, esta mobilidade é reduzida uma vez que as populações detêm seu movimento ao se fixarem na cidade”.

Assim acontece em Joinville com essas mesmas características. Essa mobilidade faz com que sua economia não encontre os mecanismos necessários para seu perfeito desenvolvimento. Por si, a economia local não teria condições plenas de se desenvolver. Encontramos aqui mais um elemento contributivo para a polarização regional que o município detém.

Contando com o fluxo contínuo de mão-de-obra desqualificada advinda do meio rural, a indústria joinvilense contava com a possibilidade de exercer uma política de baixos salários na indústria, ao contrário do que se propagava, dando-se a falsa idéia que o setor secundário era bem remunerado.

Aqui outra vez lançamos mão da contribuição de Rangel¹⁶, que explica a lógica salarial empregada na época pelo sistema capitalista:

¹⁵ SANTOS, Milton. O Espaço dividido. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1979. pp. 237-240.

¹⁶ RANGEL, Inácio. op. cit., p. 100.

“A primeira vista, os capitalistas estariam interessados permanentemente na depressão do nível do salário real. Ora, a verdade é que, como regra, os capitalistas estariam interessados na redução dos salários dos seus operários, mas não de todos os operários, especialmente dos operários dos outros capitalistas”.

Esse mecanismo aparentemente adotado apenas pelas grandes indústrias, produz uma massa assalariada pobre, que com seus baixos salários não consegue sobreviver condignamente, sendo obrigados a encontrar formas alternativas de aumento de sua renda salarial, entre elas a “invasão” de espaços públicos e/ou privados, apresenta-se como uma dessas formas, uma vez que o trabalhador não desembolsa dinheiro para adquirir o seu terreno, ao mesmo tempo que o poder público não lhe cobra tributos pelo mesmo.

O trabalhador rural sem qualificação ao migrar para a cidade, torna-se o desempregado urbano, ou na melhor das hipóteses o subempregado urbano, o popular biscateiro.

“O subemprego rural torna-se subemprego urbano. Crescem a burocracia e as populações marginais, a onde vão parar sorvedouro sem fundo, os homens despojados do direito do trabalho. As fábricas não oferecem refúgio á mão-de-obra excedente, porém a existência deste vasto exército de reserva sempre disponível permite pagar salários

*quinze ou vinte vezes mais baixos do que os que ganham os operários norte-americanos ou alemães”.*¹⁷

Com razão tem-se demonstrado que devido a desqualificação da mão-de-obra oriunda do campo, proporcionalmente a seus baixos salários, não há melhoria no seu padrão de vida e de seus familiares. Segundo Carlos G. Langoni,¹⁸

“a desagregação entre Setor Primário e Urbano revela que, para todas as regiões, a renda aparece melhor distribuída no Setor Primário que no Urbano”.

Apesar disso a concentração da renda urbana tem aumentado, e continua a estimular pessoas a se dirigirem para a cidade, porém devido ao baixo nível de qualificação dessa mão-de-obra, sua renda permanece ainda relativamente mais baixa.

Assim sendo o trabalhador assalariado, o subempregado, o biscateiro enfim, poderíamos dizer todos os marginalizados socialmente em geral submetem-se a essa pressão industrial sistematizada, obrigando-os a encontrarem formas não convencionais de apropriação do espaço urbano.

Ao nosso ver, essa pressão industrial exercida principalmente pelo grande capital industrial é a responsável direta pela ocupação da periferia urbana, sobretudo das áreas de mangues que margeiam o contorno do perímetro urbano da cidade.

¹⁷ GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1989. pp. 94-95.

¹⁸ COSTA, Manoel. (org.). op. cit. p. 185

4.3. O FLUXO INDUSTRIAL E SEU IMPACTO ESPACIAL

As contradições a nível de espaço urbano características das cidades brasileiras, são em sua maior parte oriundas da luta e da disputa entre o dualismo capital/trabalho e são perfeitamente evidenciadas em Joinville.

Podemos observar, que o processo de industrialização local fez surgir uma burguesia industrial poderosa, em sua maior parte originária das famílias pioneiras descendentes de imigrantes europeus.

Entre os grupos poderosos inseridos no processo industrial da cidade, destacam-se entre outros, o Grupo Tupy, a Cia. Hansen (leia-se Tigre), a Consul e Embraco (Brasmotor), Carrocerias Nielson e Cia Ind. H. Carlos Schneider (CISER).

Na gênese do processo industrial de Joinville, todas essas empresas tiveram o início de suas atividades na área central da cidade. Essa centralização espacial na época baseada na lógica capitalista, aos poucos foi sendo transferida para áreas periféricas da cidade:

*“a concentração do capital e a concentração espacial das atividades possuem, no capitalismo, um nexos casual comum. Assim como a concentração do capital tende a ultrapassar os limites impostos pela tecnologia industrial, a concentração espacial também tende a ser muito maior que a decorrente das necessidades técnicas do processo produtivo”*¹⁹

¹⁹ SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987. pp. 35-37.

Ora, essa concentração espacial que caracterizou o início da industrialização da cidade, teve como um dos principais motivos estratégicos o propósito de auferir vantagens locais e usufruir de economias externas desse privilégio.

Essa combinação existente entre o forte crescimento industrial, aliado a pouca eficiência do planejamento municipal que pudesse minimizar os efeitos dessas atividades econômicas, propiciou a apropriação de parcela considerável do espaço central da cidade para atividades industriais.

Para Lobato²⁰, a origem do aparecimento das áreas centrais como atração para setores produtivos da atividade econômica, tem sua origem na forma e como produto do capitalismo, necessário para sua formação e principalmente para seu crescimento.

O primeiro plano urbano elaborado pelo poder público municipal de Joinville data de 1973²¹, e tinha o objetivo de traçar as diretrizes necessárias para um ordenamento espacial das atividades econômicas, localização dos serviços e normas para a ocupação do solo.

Mesmo assim, a implantação e operacionalização desse plano não se deu de forma eficaz. A falta de estrutura a nível municipal, situação que perdurou basicamente até 1983, quando então a administração municipal começou a compor uma equipe de técnicos (engenheiros, arquitetos, geógrafos) para iniciar um trabalho de repensar a cidade.

Entretanto, apesar desse esforço até hoje (1991), a cidade ainda não possui outro plano, que apesar das tentativas, os interesses econômicos e políticos impedem através de sucessivos adiamentos.

²⁰ CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo. Ed. Ática, 1989, pp.38-39.

²¹ O primeiro plano diretor de Joinville, foi elaborado na gestão do então Prefeito Pedro Ivo Campos.

À revelia da ordem e com o beneplácito do poder público, os agentes econômicos locais se apoderam do espaço, manipulam as instituições e exploram em benefício próprio, essa “falta” oficial de mecanismos determinantes e formais de controle do espaço urbano.

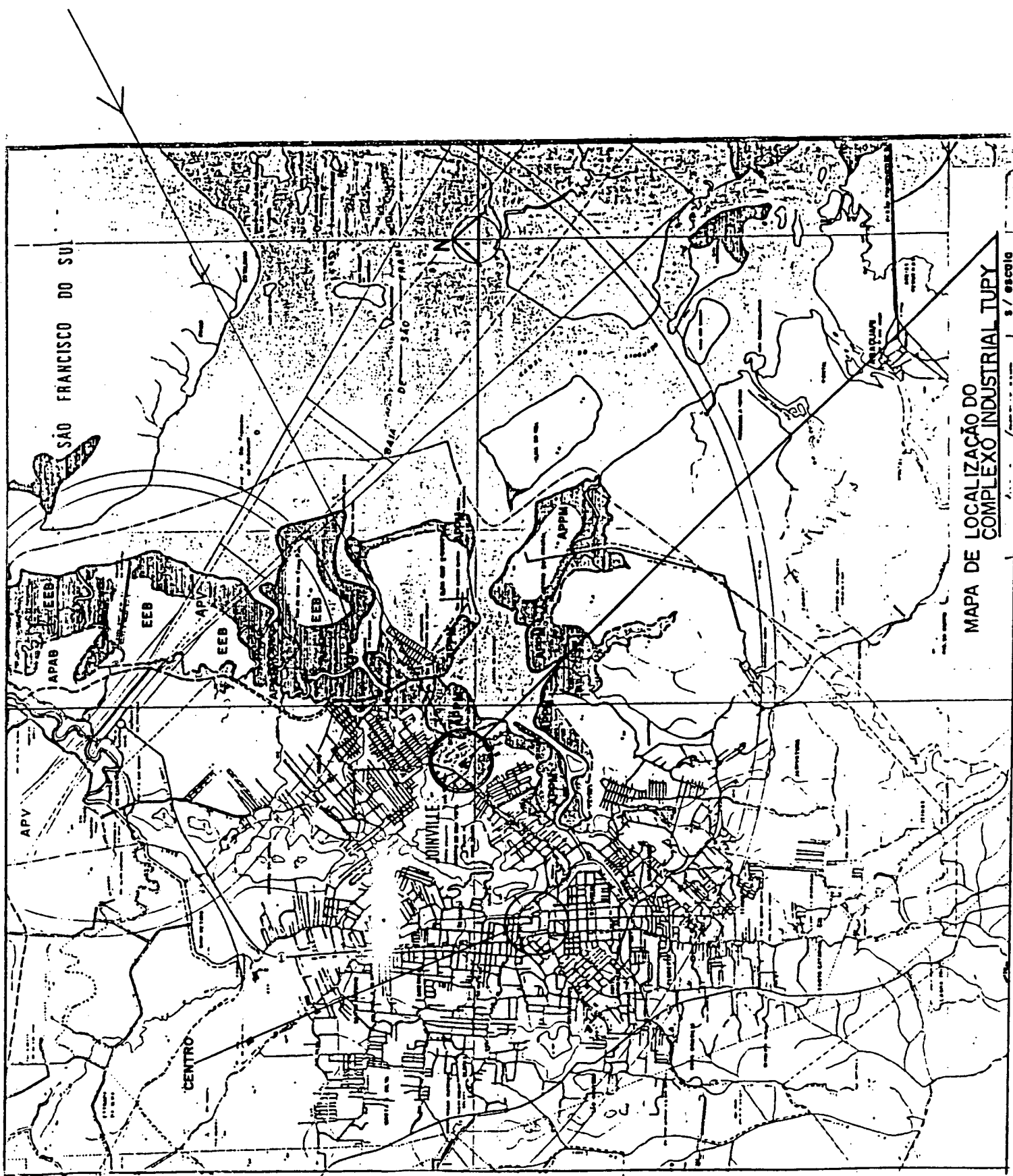
Como lembra Singer²², as empresas usufruem dessa falta de planejamento e da aglomeração industrial, proporcionadas pelo “arranjos institucionais que criam condições propícias à industrialização e que, na prática isentam as empresas do ônus decorrentes das irracionalidade do processo de industrialização”.

Essa concentração das empresas continua a favorecer as atividades econômicas, em especial a grande indústria, que dispõe de pequenos fornecedores de mão-de-obra e serviços que se polarizam a seu redor.

O caso específico dessa situação é a localização do Complexo Industrial Tupy. Originário do núcleo central da cidade, teve no início da década de 70 todo o seu parque fabril transferido para o então distrito do Boa Vista, a cerca de três quilômetros do centro.

A área escolhida para seu assentamento é, em sua maior parte terras de Marinha, que pouco a pouco foram sendo ocupadas e agregadas a seu patrimônio, zona lesta da cidade.

²² SINGER, Paul, op. cit., pp. 34-36



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO
COMPLEXO INDUSTRIAL TUPY

1:50.000

Nota-se a privilegiada localização da Fundação Tupy, pela sua proximidade com o centro urbano e às margens da Baía da Babilonga.

Essa estratégia do Grupo Tupy, em localizar-se na periferia da cidade, teve sobre o Distrito do Boa Vista um impacto espacial, a tal ponto de acelerar o processo político de transformar o distrito em bairro, retirando a sua autonomia institucional e administrativa, afim de abortar qualquer idéia futura de emancipação política.

A mudança do Grupo Tupy deu início a um processo contínuo de descentralização das atividades econômicas, auxiliado pela implantação do Distrito Industrial de Joinville pela CODISC*, a cerca de cinco quilômetros do centro.

Aqui valem as observações de Jean Remy²³ sobre as conseqüências e repercussões da localização industrial, e confirmadas por Manuel Castells:

“Os fatores centrais na implantação das indústrias são os que chamamos de economias de aglomerado, independentes da posição geográfica, já que elas se criam em qualquer lugar, no momento em que haja uma dimensão suficiente e uma diversidade de serviços, o que aumenta a possibilidade de uma política voluntária de localização industrial para os poderes públicos, com a condição de saber criar um meio urbano”.

Para as empresas, as vantagens acumuladas pela aglomeração passaram ao decorrer dos anos a não mais representarem importância significativa. Uma, pela escassez de

* CODISC - Companhia do Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina órgão encarregado na época de implantar áreas industriais em diversos municípios do Estado.

áreas disponíveis para se expandirem, e também pelo crescimento do centro urbano que aos poucos expulsava para a periferia a mão-de-obra necessária para sua atividade.

Inicia-se o conflito e a disputa pelo espaço urbano. Nos dias de hoje esse fato já assume tamanha importância que o poder público municipal vem buscando alternativas a nível local para minimizar esses conflitos.²⁴

É justamente a ação oficial que tem produzido para a estruturação do espaço local, conseqüências que a cidade já observa, como a descentralização das atividades econômicas e um novo arranjo urbano.

O impacto proporcionado pela presença da grande indústria na periferia da cidade proporcionou também a necessidade da transferência para próxima de si, de outras atividades, e portanto de pessoas também necessárias para suprir seu funcionamento.

Concomitantemente temos o surgimento de uma massa trabalhadora carente, que necessitada, localiza-se próxima às grandes indústrias a fim de encontrar colocação imediata e que nem sempre consegue. A localização do Complexo Tupy junto a áreas impróprias * para esse fim, provoca o surgimento de assentamentos espontâneos, insalubres, e sem infraestrutura.

Esse fenômeno, que não é exclusivo das cidades industriais brasileiras explica a segregação espacial a que esta submetida essa parcela da sociedade.

²³ REMY, Jean. *La ville phénomène économique*. in: *A Questão Urbana de Manuel Castells*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983, pp. 168-169.

²⁴ Entre as medidas adotadas estão: o controle do fluxo migratório e o “programa de contenção das invasões de mangues”.

* As áreas de mangues, além de fisicamente sensíveis, são proibidas por lei para qualquer tipo de exploração econômica.

Para Milton Santos²⁵, o fenômeno da favelização das cidades está ligado ao que ele chama de “indução industrial”, no seu sentido amplo, não só pela necessidade da indústria em adquirir grandes espaços para suas instalações propriamente ditas, mas também pelas atividades secundárias necessárias para sua sobrevivência.

Fica claro portanto, que ao localizar-se próximo a extensas áreas de mangues, o Complexo Industrial Tupy vislumbrava a possibilidade de a seu redor, ver instalada áreas eminentemente proletárias e atividades inerentes a sua subsistência.

Com mão-de-obra próxima, os custos com deslocamento de trabalhadores seria diminuído, minimizando assim a pressão dos trabalhadores em suas reivindicações.

O que se depreende aqui, é que com a mudança do Complexo Industrial Tupy para a periferia da cidade, criaram-se as condições necessárias para o surgimento de uma população segregada espacialmente ao instalar-se sobre as áreas de mangue ao seu redor.

Segundo Santos²⁶, essa “separação é praticamente espontânea, surge e se amplia quando a cidade começa a refletir os primeiros sinais de modernização”.

A indústria local é caracterizada pela forte competitividade a nível nacional de seus produtos. Para citar, a Consul S.A. é a maior fabricante de refrigeradores da América Latina e a Embraco S.A. do mesmo grupo, é o segundo maior fabricante de compressores herméticos para refrigeração do mundo. A Fundação Tupy S.A., é a maior fundição de ferro do país e tem como principais clientes a grande indústria automobilística. Portanto, trata-se de parque industrial altamente modernizado e cada dia mais automatizado, o que contribui para o movimento rotativo de mão-de-obra.

²⁵ SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo. Ed. Hucitec, 1982. pp. 40-41.

²⁶ Idem, p. 45.

Sob a ótica de Milton Santos²⁷,

“a modernização tecnológica engendra disparidades sociais e econômicas crescentes..., a carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres, os que estão bem abaixo na escala dos salários, e os que estão sem emprego”.

Assim os trabalhadores, que aos poucos foram se estabelecendo próximos às instalações industriais do Complexo Tupy, formaram um contingente de mão-de-obra suficiente para tornar o Bairro do Boa Vista um dos mais populosos de Joinville.*

Essa concentração de trabalhadores residindo, mesmo que precariamente no seu entorno imediato, beneficia a grande indústria que evita assim demandar despesas com transporte para seus operários. Em contrapartida, o impacto que essa massa humana concentrada geograficamente causa ao meio ambiente produz, tanto espacialmente como socialmente, formas segregadas de ocupação habitacional.

²⁷ SANTOS, M. O Espaço dividido op. cit., pp. 151-152.

* O Bairro do Boa Vista é onde se encontra a maior parte das instalações do Complexo Tupy, e possui aproximadamente 50.000 moradores.

4.4. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE MANGUES

O que foi visto até agora foi um pouco sobre a industrialização de Joinville e suas características que influenciaram sua ocupação. A peculiaridade que pretendemos demonstrar nesse trabalho, é o impacto que o processo de industrialização produziu sobre os espaços periféricos de Joinville, em particular as regiões de manguezais.*

A curiosidade que move esse estudo, é a preocupação com o crescimento urbano que se verifica hoje em Joinville, avançando desordenadamente sobre as áreas de manguezais da periferia.

O sítio da cidade de Joinville é assentado sobre a região marginal da Baía da Babitonga, que abriga a seu redor aproximadamente 43 km² de áreas de mangues e a oeste encontra-se a 15 Km de distância da Serra do Mar, barreira física que determina o seu crescimento principalmente sobre o eixo norte-sul.

Os manguezais são considerados reservas ecológicas, segundo o que determina a Resolução CONAMA²⁸ n° 04/85, que por sua vez, foi baseada na Lei n° 6.938/81, bem como no Decreto n° 89.336/84. Também estão protegidos pela Lei Estadual n° 5.593/80.

Pela Resolução Portomarinst n° 318.301 de 12 de julho de 1983, o Ministério da Marinha através da sua Diretoria de Porto e Costas, conceituou o que se entende por terrenos de Marinha:

* O termo manguezais aqui adotado, também é utilizado como sinônimo de mangues, mangal, mangroves, dessa forma o empregaremos indistintamente.

²⁸ CONAMA - Conselho Nacional do Meio-Ambiente.

“... os terrenos em uma profundidade de trinta e três (33) metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar média de 1831, situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde se faça sentir a influência das marés”.

Os mangues portanto são terras pertencentes a União por definição de lei, à qual cabe a tarefa de proteger e controlar sua ocupação.

Os mangues brasileiros acontecem ao longo de 2.900 Km de extensão da costa brasileira, desde o extremo norte no Cabo Orange, no Amapá, até a latitude de 28°20'5", em Laguna, Santa Catarina²⁹.

Para a população em geral os mangues são regiões insalubres, pantanosas e que produzem mau cheiro, não vendo nenhuma importância do ponto de vista biológico e/ou ecológico nelas.

Pela experiência que presenciamos na Prefeitura Municipal de Joinville junto as populações residentes nessas áreas, o corte da vegetação, o aterro dessas áreas, não consistiam em nenhum crime, seja do ponto de vista legal, como também e muito menos do lado da “consciência ecológica”.

No Brasil essa faixa litorânea soma uma área de quase 10.000 quilômetros quadrados, sendo que, só na região da Baía de Babitonga, são quase 43 quilômetros quadrados.

²⁹ SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Manguezais Brasileiros: Região Sudeste-Sul. Departamento de Oceanografia Biológica da USP; São Paulo. (mimeo).

A ocupação dos mangues em Joinville começou a se acelerar a partir da década de 70, “coincidentemente” com a transferência do Grupo Tupy para o Bairro do Boa Vista.

Ressalta-se aqui, que a maioria das ocupações ilegais das áreas de mangue teve a conivência e o beneplácito de órgãos institucionais, justamente aqueles encarregados de proteger e vigiar o patrimônio público.

O SPU - Serviço de Patrimônio da União, ligado ao Ministério da Fazenda através de sua Delegacia Regional, durante muito tempo emitiu certificados de ocupação dessas áreas.

Os beneficiários em sua maioria, eram as grandes indústrias e os grandes proprietários fundiários. √

Além da legislação já citada, os mangues também são preservados pelo Código Florestal (Decreto-Lei nº 4.771, de 15.09.1965) que considera de preservação permanente “as florestas e demais formas de vegetação situadas nas restingas, como fixadores de dunas ou estabilizadores de mangues”. Apesar disso nunca se respeitou tais determinações.

Sendo essas terras públicas por definição, sua ocupação seja ela legal ou ilegal, só pode ser feita em caráter precário e transitório como determina a lei. Nesse caso, não se entende a posição do SPU que distribuiu certificado de ocupação para a instalação de uma grande indústria como a Tupy.

Essa estratégia inerente do sistema capitalista produziu seus efeitos, tornando o Grupo Tupy através dessas ocupações, um grande proprietário fundiário com extensas áreas sobre os manguezais.

As agressões contra essas áreas não são apenas pela ocupação para fins residenciais ou de atividades econômicas. Outras ações antrópicas de natureza diversa como: lan-

çamento de lixo e esgotos (doméstico e principalmente industrial), aterros, desmatamentos de flora completam as demais agressões.

Segundo Maciel³⁰, “o que mais surpreende em relação a essas ações, é que a maioria delas tem origem em atos do próprio governo, seja ele Federal, Estadual ou Municipal”. Em Joinville a situação se repete, porém o papel do Estado nessa questão será analisado posteriormente.

O comprometimento dos manguezais de Joinville se deve a diversos fatores, todos eles de natureza econômica. Esse trabalho porém não tem a pretensão de mensurar com precisão em que nível a degradação ambiental desse ecossistema se encontra.

Porém, também é oportuno discorrer sobre alguns desses problemas uma vez que é sobre ele que se assenta a maioria da população urbana “sem terra” da cidade.

Os manguezais são ecossistemas ricos em matéria orgânica, produzida pela sua elevada produção biológica e pelas condições edólicas, sendo um dos fatores limitantes, o baixo teor de oxigênio.

A matéria orgânica morta, tanto vegetal quanto animal, é decomposta pela ação anaeróbica, o que produz e libera o ácido sulfídrico, responsável pelo cheiro típico dos manguezais lodosos.³¹

Isso explica em parte, o desconhecimento e a “inocência” daqueles que aterram essas áreas sem fins especulativos.

A opinião pública em geral, normalmente é levada a condenar as ocupações dessas áreas levantando como bandeira apenas a questão ambiental.

³⁰ MACIEL, N. Crud. Os manguezais e as unidades de preservação no Brasil (fotocópia).

³¹ SANT'ANA, Edna M. & WHATLEY, Maria H. Distribuição dos Manguezais do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. nº 1. Rio de Janeiro. FIBGE, 1981.

Há necessidade que se desmistifique tal postura. A problemática ambiental é sem dúvida nenhuma a grande preocupação global da humanidade atual.

Nunca tinha se ^{gerido} visto falar tanto sobre a natureza como nos dias de hoje. Não se pode porém, condenar essa gente humilde pelo estado atual de degradação das regiões de mangue da Baía da Babitonga. A hipocrisia generalizada já não consegue mais esconder as contradições e os conflitos que o crescimento desordenado provocou nas cidades.

A poluição da Baía da Babitonga e principalmente da Lagoa do Saguacú, é consequência direta do despejo rotineiro e diário de grande quantidade de carga poluente e tóxica oriunda de esgotos urbanos e industriais gerados principalmente em Joinville.

A Lagoa do Saguacú apresenta um processo contínuo de colmatação, tendo o seu leito quase totalmente constituído de lodo e quase sem organismos vivos.

O processo de poluição da Baía da Babitonga é anterior ao início das ocupações dos mangues para fins residenciais.

Um estudo realizado pela FATMA em 1981³², já apontava níveis preocupantes de contaminação na Baía da Babitonga, não só das águas, como também nos sedimentos e organismos marinhos, principalmente as ostras e mariscos com altas taxas de concentração de metais pesados como zinco e cromo, com índices de cinco a sete vezes maiores que o admissível.

Para se ter uma idéia, nessa época a análise de uma amostra de marisco coletada na desembocadura da Lagoa do Saguacú apresentou um teor máximo de cromo total de 0,75 ug/g, quando o teor máximo permitido é de 0,10 ug/g.

³² FATMA - Diagnóstico Preliminar - Presença de Metais Pesados na Baía da Babitonga. Florianópolis. 1981.

O teor máximo de zinco detectado foi de 809 ug/g determinado em uma amostra composta (ostra, bagre, baiacu, pescadinha e camarões), quando o admissível é de 15 ug/g.

☞ A ocupação humana representa uma agressão aos mangues, porém a contaminação por dejetos industriais é muito mais grave.

É necessário portanto, a mudança do discurso ambientalista calcado somente na proibição da ocupação dos mangues por famílias carentes como sendo o principal motivo para atual nível de degradação em que se encontra. O próprio poder público municipal utiliza este discurso para acobertar suas ações em favor das classes dominantes.

Porém, para essas famílias que ali se encontram o mangue é a única alternativa, não se tratando de uma opção, mas sim de uma necessidade.

5. A ESTRATÉGIA DA OCUPAÇÃO

5.1.A INDUÇÃO PROGRAMADA DA GRANDE INDÚSTRIA

A apropriação do espaço urbano pelo agentes sociais obedece uma lógica que é comum às cidades brasileiras. A ação isolada ou conjugada desses agentes produz uma dinâmica mutação urbana, que consiste no verdadeiro motivo da luta pelo espaço, ou seja pela sua apropriação.

A propriedade é fundamental para o sistema, ainda que os interesses envolvidos não sejam os mesmos. A briga permanente pelo espaço nos leva a indagação sobre os meios que são utilizados pelo diversos segmentos envolvidos na sua disputa e a lógica que norteia suas ações.

Identificamos claramente que a apropriação dessas áreas de mangues em Joinville vem ocorrendo sistematicamente e com maior intensidade a partir da década de 70.

Com efeito, foi notadamente a partir desse período que a cidade passou a crescer em termos de população com taxas acima da média nacional.*

O processo de industrialização do país refletia no cenário local, com a oferta de novos empregos, a multiplicação de novas empresas no setor secundário e a implantação de serviços essenciais para suporte da economia.

*Para se ter uma idéia, entre a década de 70 e 80, a população urbana de Joinville saltou de 112 mil para mais de 220 mil duplicando em apenas 10 anos.

Não é preciso salientar que nesse período o país vivia os mais duros anos da ditadura militar instalada pós-64. Nessa luta pela conquista do espaço urbano a grande indústria desempenha papel fundamental no processo de ocupação dos mangues em Joinville.

Essa constatação não se apoia em especulações empíricas ou chavões políticos. Ela é fruto da análise da realidade local, apoiada em sua vinculação ao contexto nacional e ao sistema dominante.

Para o capitalismo, o domínio e a posse da terra bem como a estruturação do espaço são meios necessários para sua sobrevivência, diz Lipietz³³,

“a estruturação do espaço é dimensão espacial das relações sociais, e, sendo estas lutas de classes, não somente no sentido de que ele é produto delas, mas no de que ela é o que está em jogo e mesmo, um meio delas”.

Partindo dessa concepção, a localização industrial em Joinville obedeceu a lógica capitalista. Notadamente estamos nos referindo em particular ao Complexo Industrial Tupy, cuja implantação em região periférica de baixa renda, e em grande parte, sobre área de mangues, permitiu que aos poucos um grande contingente populacional de operários, migrantes e desocupados, se aglomerassem próximos de suas instalações, propiciando a ocupação do seu entorno imediato e de extensas áreas de mangues nativos.

Com efeito, a estratégia de localizar-se nessa região, coloca a Tupy, ao mesmo tempo como impulsionadora do crescimento econômico do Bairro Boa Vista e região, e o seu

³³ LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. São Paulo, Ed. Nobel, 1988, p. 105.

reverso, ou seja, responsável em grande parte pela ocupação e destruição dos mangues da Baía da Babitonga na região de Joinville.

Além da vantagem localizacional em relação à mão-de-obra, a Tupy usufruiu do fato de serem os mangues terras da União e passíveis de posse oficial, requerida junto ao Serviço de Patrimônio da União - SPU.*

Com propriedade, Lobato³⁴ consegue sintetizar essa estratégia utilizada pela Fundação Tupy:

“Os grandes proprietários industriais, em razão da dimensão de suas atividades são grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas..., a terra urbana tem assim, em princípio, um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades”.

Como fator fundamental, coexiste a vantagem da atração desse contingente populacional como exército de reserva de mão-de-obra, disponível e gravitando continuamente a seu redor.

* O Serviço de Patrimônio da União (SPU), é o órgão responsável pelo controle das terras da União, inclusive mangues.

³⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. op. cit., p. 13.

Como nos mostra Marx³⁵, esse processo é próprio da acumulação capitalista e de suas contradições, pois a população que se torna excedente cria as condições necessárias para sustentar o sistema:

“Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele”.

A própria Fundação Tupy tem sistematicamente incentivado a vinda de mão-de-obra de outras cidades para Joinville, sob o pretexto de oferecer oportunidades excelentes para todos. Durante o Natal de 1986, colocou junto as cestas de brindes um “folder”, onde no verso havia uma ficha para que cada funcionário a devolvesse preenchida com os dados de algum pretendente a emprego na empresa.

Essa indução programada produziu ao longo desses anos uma periferia pobre, localizada espacialmente nas regiões de mangues, áreas essas impróprias para fins habitacionais. Essas áreas insalubres fizeram com que a grande massa de trabalhadores que ali se instalou, iniciasse um processo reivindicatório junto ao poder público com necessidade de obras de infra-estrutura, como aterro, abertura de ruas, luz, água etc..

³⁵MARX, K. op. cit., pp. 732-735.

Nesse sentido, a atividade industrial interfere na dinâmica urbana através de um duplo efeito: aproveita-se das vantagens locacionais (terra barata e mão-de-obra abundante), e ao mesmo tempo obriga o poder público a realizar pesados investimentos em infra-estrutura, contribuindo diretamente para a valorização da terra urbana.

Assim, essa valorização da terra incide sobre os imóveis gerando conflitos que Lobato, assim define:

“...o aumento do preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho: gera-se assim uma pressão dos trabalhadores visando salários mais elevados, os quais incidirão sobre a taxa de lucro das grandes empresas, reduzindo-a”.³⁶

³⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. op. cit., p.14.

5.2. OS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS E A IGREJA

Na tentativa de compreender o processo social, que força uma parcela da população a “ocupar”* áreas impróprias como os mangues para fins habitacionais, nos obriga aqui a destacar o papel fundamental que exerce sobre esses movimentos as entidades comunitárias que as representam e a igreja através do seu segmento mais progressista.

De 1986 para cá tem-se notado em Joinville a penetração da ala progressista da Igreja Católica no processo de conscientização e de organização de segmentos comunitários mais pobres, notadamente os expropriados.

Lefébvre³⁷ e seu pensamento sobre os problemas urbanos, alerta que “a crise da realidade urbana é a mais importante, e mais central do que outra qualquer crise”.

Essa crise é fruto do processo de produção capitalista ao qual está vinculado o crescimento das cidades. A esse conflito, Lefébvre se refere como sendo a “revolução urbana”, a qual é contemporânea e posterior às implicações da era industrial. Castells interpreta bem essa idéia e contribui para a compreensão do fenômeno urbano:³⁸

“... o termo urbano (como na “cultura urbana”) não é inocente; ele sugere a hipótese de uma produção

* Damos aqui preferência ao termo “ocupar”, em detrimento da palavra “invadir”, por conceitualmente considerarmos mais apropriada, conforme ALTHUSSER, sobre os significados dos termos: “Na linguagem teórica, as palavras funcionam como conceitos teóricos. Isto implica muito precisamente que o sentido das palavras está nele fixado, não pelo seu uso corrente, mas sim pela relações existentes entre os conceitos teóricos no interior do seu sistema” Althusser, Louis. Sobre o trabalho teórico. Lisboa. Ed. Presença, p.12.

³⁷ LEFÈBVRE, H. in: Castells, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1983, pp. 113-123.

³⁸ CASTELLS, M. op. cit., p. 117

de um conteúdo social (o urbano) por uma forma trans-histórica (a cidade) e, além disso, ele exprime toda uma concepção geral da produção das relações sociais, quer dizer, em definitivo, uma teoria da mudança social, uma teoria da revolução”.

Os movimentos comunitários inseridos nesse processo de ocupação dos mangues, constitui-se basicamente nas chamadas “Associações de Moradores”, formadas geograficamente através da associação de pessoas residentes na região. Em todas elas, nota-se claramente o envolvimento da Igreja e de pessoas ligadas a partidos políticos da esquerda.

Durante os anos de 86/87, a atividade desses grupos foi intensa e organizada. Houve inclusive a formação da “Associação de Moradores de Áreas de Mangues”, cuja atividade promoveu ocupações organizadas de áreas de mangues pertencentes a empresas, e até mesmo em áreas onde a Prefeitura Municipal promovia urbanização afim de distribuir lotes a famílias carentes.³⁹

Outra entidade que desempenhou papel de destaque no auxílio a esses movimentos populares foi o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, cuja atuação política intermediou diversas ações e movimentos, fornecendo orientação tática e apoio material em diversas ocasiões.

Freqüentemente esses conflitos entre os movimentos sociais organizados, os empresários, principalmente os proprietários fundiários, levava a discussões ideológicas do envolvimento político partidário de certas entidades. A função do Estado como mediador des-

³⁹ Ver reportagens em anexo

se conflito nunca conseguiu bons resultados. É evidente que essa disputa pelo espaço urbano não pode ser dissociado da luta de classes, uma vez que esse antagonismo entre capital e trabalho, são frutos dessa mesma disputas, e a presença de entidades e partidos políticos possui, no seu íntimo e escamoteado, intenções diversas dos seus agentes, isto é, das pessoas em geral que as compõem.

Para Lojkiné⁴⁰, essa disputa assume um papel fundamental no processo dos movimentos sociais urbanos:

“Assim sendo, a luta de classes, cujo mais alto grau de expressão é o “movimento social”, não se exaure absolutamente se for organizada e levada até o fim por um partido capaz de representar os interesses das classes dominadas independentemente dos partidos subordinados à classe dominante”.

Destacamos o papel desenvolvido através dessas entidades no processo de organização da massa trabalhadora, sem as quais dificilmente teriam conseguido avançar em seus movimentos reivindicatórios.

Essa classe trabalhadora, que nem sempre possui trabalho, está fadada a viver nessa contínua luta pela sobrevivência, onde a questão habitacional se destaca como um dos graves problemas a ser resolvido.

⁴⁰LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1981. pp. 293-294.

Apesar do enorme déficit habitacional em Joinville, um levantamento efetuado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura, identificou mais de 28 mil lotes vazios no perímetro urbano, alguns inclusive constituídos de imensas faixas de terra com mais de 300.000 m² de área.⁴¹

Acontece porém, que essas famílias carentes não conseguem acesso a essas terras pelo baixo poder aquisitivo de seus salários.

Em um levantamento efetuado pela Secretaria de Bem Esta Social, da Prefeitura Municipal de Joinville, em abril de 84 em áreas de mangue ocupadas por famílias carentes, cerca de 75,6% sobreviviam com uma renda mensal de até dois salários mínimos. A carência de infra-estrutura era enorme, onde havia luz elétrica e água encanada, apenas 58,1% e 51,5% das casas eram servidas respectivamente.⁴²

Torna-se assim fácil de entender os motivos que levam, tanto a Igreja, como os movimentos sociais organizados, a assumirem as lutas reivindicatórias dessa população marginalizada na procura de obter melhorias físicas para sua moradias.

⁴¹ Prefeitura Municipal de Joinville, op. cit., 41.

⁴² Prefeitura Municipal de Joinville. Levantamento das Áreas Invadidas de mangues das Terras de Marinha que não possuem Infra-Estrutura. Joinville. 1984. (Ver anexo)

5.3. O CAPITAL IMOBILIÁRIO E OS INTERESSES FUTUROS

O processo gerador empregado na produção do espaço urbano nas sociedades capitalistas, obedece uma lógica sobre a qual, a finalidade é reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, aumentando-se a produtividade e diminuindo conseqüentemente a necessidade de investimentos em grande escala para suprir os déficits nas áreas carentes, inclusive com a habitação.⁴³

A produção da casa própria pelo trabalhador tem sido objeto de luta a décadas pela classe operária. Foi inclusive utilizado ideologicamente pelo regime militar instituído Pós/64. Essa falsa ideologia que permeia ainda hoje nossa sociedade, deve dar lugar a um novo conceito conforme bem discorre João R. Serran:⁴⁴

“A casa em si mesma, como produto acabado de consumo, conceito que percorre a atual política habitacional, baseado no propósito explícito de tornar cada brasileiro proprietário de casa nova, deve ser substituído pela idéia da moradia como processo indissociável das condições gerais do país e insusceptível de solução desvinculada do trabalho urbano de que é parte integrante”.

⁴³ Ver a esse respeito, MARICATO, E. Política Habitacional no Regime Militar. Petrópolis, ed. Vozes, 1987.

⁴⁴ SERRAN, João Ricardo & outros. Relatório Final do GTR/SFH Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Brasília, 1986.

Essas divergências de interesses fazem parte da sociedade capitalista. Aos promotores imobiliários o que interessa é extrair o máximo de lucro na exploração da terra e da moradia. Nesse contexto a massa trabalhadora fica excluída, uma vez que seu baixo poder aquisitivo não consegue suprir sua carência habitacional via mercado formal.

Os promotores imobiliários que atuam em Joinville, tem suas raízes nas tradicionais famílias de imigrantes, isto até a década de 70. A partir dos anos 80, a cidade iniciou o seu processo de verticalização, incentivado pelas facilidades de financiamentos obtidos junto ao extinto BNH, propiciando a inserção no mercado imobiliário de novos investidores oriundos de outras atividades e raízes diversas.

A atuação de alguns “investidores” imobiliário em Joinville, foi norteada pela facilidade na aquisição de extensas áreas de mangues, com o intuito de executar extensos loteamentos sem infra-estrutura e sem os requisitos legais exigidos.

O beneplácito das instituições e a convivência de seus representantes facilitaram a atuação dessas pessoas.

O capital imobiliário é aqui representado pelo promotores imobiliários, proprietários fundiários e pelo capital industrial que despeja o seu excedente em investimentos dessa natureza.

Em Joinville a expansão desmedida do perímetro urbano por pressões políticas, contribuiu para o aparecimento de diversos loteamentos “populares”, em sua maioria clandestinos, que ao contrário de contribuir agravam o caos urbano e submetem essas famílias a transformar o “sonho” da casa própria em um pesadelo interminável.

Para se ter uma idéia, em 1988 tramitava junto à Secretaria de Planejamento de Prefeitura Municipal de Joinville, 206 processos de loteamentos clandestinos, dos quais apenas

66 possuíam condições de legalização. Nesse mesmo período, constatava-se que cerca de 80% das áreas públicas pertencentes ao Município estavam ocupadas irregularmente.*

A propriedade do solo urbano assume nesse meio, um duplo papel com ação do Estado. Além de contribuir na produção do espaço é ele ao mesmo tempo, o disciplinador de sua ocupação, determinando institucionalmente o seu uso e o seu valor.

A discussão sobre a renda da terra urbana aparece assim, escamoteada e dissimulada nas discussões oficiais. Os promotores imobiliários colocam-se como vítimas de um sistema perverso, onde a lei ao invés de ser vista como a norma legal que visa proteger e disciplinar a vida social, aparece sempre como um empecilho ao “avanço” e ao “progresso” da comunidade.

Essa aparente frustração porém, não esconde os interesses encobertos por tal discurso.

Sabemos que o solo urbano possui valor de compra e venda que lhe é intrínseco. Muitas vezes essas transações não tem como objetivo o uso, mas apenas promover a troca pelo valor potencial de uso. Essa inserção nas relações econômicas e sociais lhe confere um valor que pode ser aumentado ou diminuído, em função da ação do poder público ou de sua omissão.⁴⁵

Essa dinâmica que envolve o Estado, os agentes privados e a comunidade, regula o valor da terra e contribui em épocas cíclicas para incentivar as ocupações maciças de áreas urbanas vazias. Notadamente em Joinville essas ocupações tem se verificado com frequência

* Nessa mesma época, a Prefeitura Municipal de Joinville suspendia uma ação de despejo judicial contra 200 famílias que ocupavam áreas públicas do município. (Jornal A Notícia 26/05/88).

⁴⁵ Ver a esse respeito artigo de: GONZALES, Suely F. N. A Renda do Solo Urbano, in: O espaço da cidade. São Paulo. Ed. Projeto, 1985.

nas áreas destinadas à instalação de equipamentos comunitários como, escolas, creches, ambulatórios, parques e nos loteamentos em geral independentes de sua localização.

É necessário porém, entender como essa renda urbana incorpora-se ao valor da terra e em seguida é repassada ao valor do imóvel constituído. O capital imobiliário representado pelo promotores imobiliários, conseguem através do processo urbano de renovação contínua, auferir ao movimento do capital circulante um acréscimo específico, batizado de melhoria urbana, referente por exemplo à localização do imóvel. É o solo urbano o meio necessário para a produção do imóvel, que varia conforme sua localização, sua topografia, e seu potencial construtivo.

Uma das controvérsias existentes no processo de disputa entre o Estado com a iniciativa privada, é o que o poder público municipal ao promover melhorias urbanas nas áreas de mangue, passa a ser um competidor na oferta de áreas loteáveis.

A partir de 1985, quando a Prefeitura Municipal de Joinville iniciou os trabalhos de “urbanização” das áreas de mangues ocupadas, os loteadores da cidade começaram a criticar veementemente essa iniciativa sob pretexto que o mangue não era apropriado para as pessoas ali ficarem, sob pena de estarem criando uma “população subumana”.

“Chega a ser engraçado e ao mesmo tempo revoltante a chamada urbanização dos mangues. Para fazermos um loteamento enfrentamos uma relação enorme de empecilhos, esquecendo-se que nos últimos dez anos contribuimos com vinte mil novos lotes para reduzir o déficit local, enquanto eles despejam toneladas de dinheiro para criar uma sub-raça.

Ali as pessoas estão sujeitas à doenças e a destruição, além do que; a maré sempre volta e quando vai embora leva todas as benfeitorias”.⁴⁶ Mais adiante a afirmação é mais contundente:

*“... as pessoas responsáveis pela liberação de recursos para mangues deveriam ser presas como criminosos, pois hoje já são responsáveis por prejuízos em pelo menos dez mil famílias. A piada fica por conta da Caixa Econômica Federal, incapaz de financiar lotes, enquanto aplica no mangue”.*⁴⁷

⁴⁶Entrevista do Sr. Namir Zattar, na época Presidente da Associação dos Loteadores e Empreendedores Imobiliários de Joinville. (Jornal A Notícia, 26/05/86).

⁴⁷Idem, ibid.

5.4. O PODER PÚBLICO COMO AGENTE TRANSFORMADOR DO ESPAÇO URBANO

A ação concreta desenvolvida pelo agentes privados sobre o espaço urbano da cidade tem como forte concorrente a ação direta do Estado. O papel exercido pelo Estado sobre a base territorial do município, influência e determina o processo de ocupação e o uso desses espaços, ora valorizando-os através de benfeitorias diretas ou indiretas, e ora produzindo efeitos ao contrário, ou seja, contribuindo negativamente para a estagnação ou degradação desses espaços.

A intervenção do poder público na produção do espaço urbano, carrega junto de suas forças de transformação, o corporativismo dos setores produtivos, e no seu bojo as contradições e conflitos sociais do sistema.

Para Lojkine⁴⁸, o que interessa sobre o estudo da ação estatal na urbanização capitalista, é a compreensão da relação existente entre a política estatal e as formas de divisão social e territorial do trabalho.

“... longe de restringir a análise do Estado a um “domínio” empírico particular, a análise de sua intervenção na urbanização capitalista contemporânea deveria, pelo contrário, ajudar-nos a progredir num ponto essencial, ou seja, - dentro do que convencionamos chamar análise

⁴⁸ LOJKINE, J. op. cit., p. 121.

*“interna” do Estado - na determinação do vínculo entre a elaboração da política estatal de um lado, e, de outro, a socialização contraditória das forças produtivas e das relações de produção”.*⁴⁹

O comportamento do espaço em relação a atividade direta do Estado, é o reflexo da acomodação que ele sofre, ao amortizar o impacto causado pelo seus conflitos internos.

Numa economia de mercado, o Estado necessariamente deve desempenhar o papel de regulador das atividades econômicas e sociais, as quais basicamente são as fontes de produção do espaço urbano⁵⁰. Cabe a ele proporcionar condições para que a sociedade como um todo, tenha acesso aos meios de consumo e produção, a onde se incluem o direito à moradia, alimentação, transporte e emprego. No entanto, a capacidade de consumo nos países subdesenvolvidos como o Brasil não é homogênea.

Segundo Santos,⁵¹ “o consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente”.

Esse poder de disputa, onde os principais atores são: o Estado, os agentes privados e a população em geral, eles competem a nível desigual pela apropriação do espaço urbano.

Para Luiz Carlos Costa⁵² existe apenas:

⁴⁹ Lojkin explica que o “Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições do interior de seus aparelhos, uma unidade interna própria, que é uma unidade de poder de classe: o da classe ou fração hegemônica, que havendo modificação nessa hegemonia há modificações e mudanças da forma de Estado e de regime.

⁵⁰ SANTOS, M. O Espaço dividido. op. cit., p. 15.

⁵¹ Idem, ibid., p. 15.

“duas categorias de agentes na disputa do espaço urbano: agentes com condições de disputar a nível de mercado, como as indústrias, empresas comerciais e de serviços e a população de renda média e alta. Pelo outro lado, agentes de menor capacidade econômica, que não competem nível de mercado, e buscam soluções alternativas como invasões ou posse de imóveis de valor reduzido”.

Ao poder público cabe prover essa população carente da oferta de moradia e serviços, que por força do sistema adotado não encontram ao seu alcance.

O Estado porém também é por excelência um grande consumidor de espaço, que são necessários para implantação física de suas atividades. Além disso, cabe ao Estado controlar e gerir o crescimento das cidades através dos mecanismos legais à sua disposição, como as leis de zoneamento e os códigos de obra e posturas municipais.

Quando o Estado atua, os reflexos sobre o espaço urbano se localizam necessariamente sobre o território da cidade, sendo ela a absorver os resultados dessa intervenção, sejam eles positivos ou negativos.

Para Lobato,⁵³

⁵² COSTA, Luiz C. Aspectos Político-Administrativo do Planejamento Urbano. São Paulo. Ed. Cortez e Moraes, 1978. pp. 80-85.

⁵³ CORRÊA, R. L. op. cit., p. 26.

“é preciso considerar que a ação do Estado processa-se em três níveis políticos-administrativos e espaciais: Federal, Estadual e Municipal. A cada um destes níveis sua atuação muda, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. É no nível Municipal, no entanto, que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz”.

Com efeito, é na escala municipal que as contradições sociais sejam elas oriundas ou não, da ação direta do Estado, se materializam e se exteriorizam gerando os conflitos sociais, os problemas urbanos e a degradação do nível de vida da população.

Ora, como vimos ao Estado capitalista cabe a função de garantir e produzir as condições necessárias para a reprodução do capital. Por outro lado, não é justo que apenas a administração municipal seja obrigada a arcar com o ônus dessa exploração. A maior parte das cidades brasileiras assim como Joinville, administram toda a sorte de erros, oriundos da má gestão e gerência dos investimentos aplicados em obras no município.

Com muita propriedade, Luiz Carlos Costa⁵⁴ explica esse raciocínio sobre a preocupação da escala municipal para fins de planejamento:

“... é o escalão em que as relações de produção se exercem ao nível do concreto, a partir da fixação es-

⁵⁴ COSTA, L. C. op. cit., p. 84.

pacial das unidades produtivas (por suas instalações) e da força de trabalho (pela habitação);

“... é o escalão do habitat humano, ou seja, aquele em que fatores físicos e ambientais condicionam o conjunto de relações sociais de que participa uma população urbana (econômicas, sociais, culturais) e onde se realiza o atendimento ao conjunto das necessidades carentes dessa população;”

“... é o escalão onde as contradições de interesses sociais se consubstanciam fisicamente de forma mais clara e direta, uma vez que o sistema de signos urbanos é menos sujeito ao controle ideológico que outras formas de representação da realidade”.

“... é o escalão onde a ação do poder público (economia, política, ideologia) se manifesta de forma mais intensa e susceptível de ser orientada pelo planejamento urbano”.

O que nos afeta diretamente nesse estudo, é avaliar as implicações espaciais que, especificamente o poder público municipal promove através de suas ações sobre as áreas de mangues da cidade.

Com efeito, uma vez que é próprio do sistema utilizar o aparelho estatal para sustentar e ampliar as condições necessárias para o processo de acumulação e reprodução do

capital através da realização de investimentos localizados. Nesse caso, as obras que o poder público realiza nessas áreas carentes, esconde e mistifica o real. É o fetiche da urbanização para fins sociais, a despeito das nítidas agressões à natureza e da segregação social e urbana a que essas famílias são submetidas. A lógica do sistema levará inexoravelmente essas mesmas famílias a serem submetidas a um novo processo de renovação urbana, que fatalmente obrigará a maior parte delas a procurar outro local para seu assentamento.

Obviamente a esta população de baixa renda restará a alternativa da “ocupação” de novas áreas de mangues, à revelia da ordem e a lei, movidas coletivamente por esse processo histórico-natural, inerente e próprio do sistema dominante que rege nossa sociedade.

6. A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO:

O PAPEL DOS AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO URBANO

6.1. OS INTERESSES ESPECÍFICOS DA GRANDE INDÚSTRIA

A competição pela apropriação do espaço urbano entre seus diversos consumidores provoca e determina que sua ocupação seja de forma descontínua e diversificada. Como foi visto, essa disputa desigual pela terra urbana assume um duplo papel entre seus diversos agentes. De um lado os possuidores do poder aquisitivo que competem através do mercado formal, enquanto do outro lado da mesa, os desprovidos de tal poder que se vêem obrigados a utilizar outras formas alternativas para a conquista da terra.

As relações sociais nessa disputa, assumem características complexas entre esses segmentos. A desproporção entre as forças, coloca os grandes proprietários dos meios de produção, entre eles a grande indústria, em posição de vantagem. Nesse jogo o objetivo do sistema não é outro, senão o de permitir as condições de reprodução e acumulação do capital.

É lógico que somente as ações dos proprietários industriais não é suficiente para comandar o sistema a seu favor. Mesmo sendo o principal articulador e catalisador das ações nesse sentido, conta com a necessidade da utilização do aparato legal do próprio Estado a seu favor, que atua segundo Lojkine⁵⁵ como o “*regulador social dessas contradições*”.

Pela lógica marxista, o uso do solo reduzia-se a duas funções: a de ser instrumento de produção, ou de simples suporte passivo de meios de produção, circulação ou de

⁵⁵Lojkine, Jean. op. cit., pp. 168-169.

consumo. Assim sendo, a transferência das instalações da Fundação Tupy para um bairro periférico de Joinville no início da década de 60, assumiu já de início essa estratégia: utilizar-se de extensas áreas disponíveis e baratas, afim de a médio prazo beneficiar-se dos investimentos e obras que o Estado obriga-se a fazer para dotar essas áreas de infra-estrutura urbana.

Com o passar do tempo, a velha tática oportunista se concretiza. Com forte apoio econômico, a Fundação Tupy provoca acelerado crescimento no Bairro Boa Vista, incrementando suas relações econômicas e sociais.

A grande expressão do setor secundário na cidade, e especificamente no Bairro Boa Vista, favoreceu o surgimento de uma mão-de-obra ociosa, que permanentemente se estabelecia ao redor das fábricas, como satélites gravitando ao redor da terra.

Em 35 anos, a população de Joinville cresceu cerca de oito vezes, com forte tendência à urbanização. No início da década de 50, a cidade possuía aproximadamente 43.000 habitantes, sendo que havia uma distribuição equitativa entre a área rural e urbana.

Atualmente cerca de 58% da população economicamente ativa atua no setor secundário.⁵⁶

Conforme pesquisa da PMJ, a renda familiar dos moradores em áreas de mangues próximas à Fundação Tupy não ultrapassa a média de 2 salários mínimos.*

Essa “pobreza” urbana engorda as filas de empregos todos os dias nas fábricas, e conflita no dia a dia com a outra face da riqueza urbana.

⁵⁶ Governo do Estado de Santa Catarina. Atlas de Santa Catarina. Gaplan, 1986.

* Em pesquisa realizada, cerca de 75,6% da população ganham menos de 2 salários mínimos (ver tabela 8).

*“A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las”.*⁵⁷

Não há dúvida que a indução industrial provocada pelo impacto do assentamento da Fundação Tupy em áreas marginais de mangue, contribuiu para que uma grande população também ali se instalasse.

Essa concentração espacial de atividades econômicas gerou a atual concentração urbana do Bairro Boa Vista.⁵⁸

Levantamentos efetuados nas áreas de mangues próximas da Fundação Tupy, acusou que a maioria da população ali residente dependia de uma forma ou outra da empresa, trabalhava ou já havia trabalhado nela. A falta de renda suficiente e a proximidade da empresa são fatores principais de atração dessa população para essas áreas.

⁵⁷ SANTOS, Milton. p. 29.

⁵⁸ Além da Fundação Tupy, ao seu lado estão a Tupy Granelha de Aço, Tupy Termotécnica e Tupy Perfilados, todas empresas do mesmo grupo.

6.2. A DESIGUALDADE NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Entre os diversos personagens que compõem o cenário urbano, é sem dúvida nenhuma a classe trabalhadora que opera sempre em desvantagem.

As relações sociais emanadas desse conflito se materializam e assumem formas complexas na cidade.

Essa aparente “*anarquia*” que impera sobre as cidades, é parte do contexto natural do processo da economia capitalista.

“A necessidade de acumulação impõe um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades”.⁵⁹

A explicação lógica e simples para esse fenômeno, é o fato que sem os meios de produção por um processo secular de expropriação, a classe trabalhadora consegue mal sobreviver nos dias de hoje, quanto mais competir com os demais agentes sociais na produção do espaço urbano.

Esse processo histórico, Karl Marx⁶⁰ descreve com precisão:

“... na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançados no mercado de traba-

⁵⁹ OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Ed. Vozes. Petrópolis, 1988. p. 35.

⁶⁰ MARX, Karl. O Capital. Vol. 11. Ed. Difel, Rio de Janeiro, 1984. p. 831.

lho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo”.

Um dos resultados dessas situações originárias da desigualdade social, se corporifica espacialmente, provocando o desencadeamento de migrações internas.

Esses fluxos migratórios constantes, tem produzido fortes desequilíbrios na economia local, por ser hoje a cidade o local preferido para o “*recomeço de vida*”.

Segundo dados da PMJ, aproximadamente 55,7% da população migrante que se estabeleceu em áreas de mangues, tinham sua origem na zona rural.⁶¹ Essa mão de obra desqualificada para atuar no setor secundário da atividade econômica, é logo absorvida pelo mercado de trabalho, que mesmo tendo um alto grau de automação possui atividades simplificadas no processo de fabricação e de fundição.

Um dos principais agentes sociais que promove a concorrência pela posse da terra urbana com forte penetração e poder de fogo junto ao poder público municipal são os promotores imobiliários.

Devido as extensas áreas de mangues dentro do perímetro urbano da cidade, determinados agentes aproveitaram para si, da regalia e do conhecimento, aliado ao benefício institucional. Explico, o Serviço de Patrimônio da União (SPU) nunca se furtou em conceder “*certificados de ocupação*” de extensas áreas de mangues para fins imobiliários.⁶² Em muitos casos a disputa pela posse dessa terra assumiu contornos violentos. O uso da força física e do

⁶¹ Ver tabela 07, no anexo.

⁶² Ver fotocópias de certidões em anexo, que comprovam esses atos.

poder judiciário, além de entidades de classe, políticas e religiosas, envolveram-se na defesa dos diversos interesses em conflito.

O papel desenhado era muitas vezes diferente da realidade social. O poderio das forças econômicas na maioria dessas disputas estava sempre do lado vencedor.

Essa luta dialética entre o fraco e o forte persiste hoje e tende a se agravar. O empobrecimento da população pelo desemprego e pelo arrocho salarial sem precedentes na nossa história, caminham para o agravamento da crise.

Nas áreas de mangues ocupadas, essa desigualdade é evidente. As famílias que ali se instalam convivem o seu dia-a-dia com essa dualidade. Ao mesmo tempo em que a maioria absoluta dessas famílias possuem aparelhos de televisão em suas casas, fato que possibilita o acompanhamento diário do que acontece no mundo, essas mesmas famílias não possuem poder aquisitivo suficiente para se inserir nesse mundo de consumo.

Milton Santos explica esse fenômeno através de sua teoria sobre os circuitos econômicos do mundo moderno.

“Os pobres não tem acesso aos produtos e os mais pobres entre eles só podem se proporcionar consumos correntes por intermédio de um sistema de distribuição particular freqüentemente completado por um aparelho de produção igualmente específico e que pede uma resposta às condições de pobreza das grandes massas de população.”⁶³

⁶³ SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*, op. cit. p. 153.

De fato, o saber e o conhecimento são na prática formas e meios de dominação, e essa população “*marginalizada*” torna-se assim facilmente manipulável em determinadas questões e assuntos mais técnicos.

É claro que por trás dessa deficiência existe motivadamente a intenção de tolher o saber popular. Porém, a dicotomia entre o saber e o poder assume na relação entre a classe trabalhadora e dos detentores do poder, incluindo-se aí o Estado, contornos de uma disputa passiva entre as partes.

*“... as massas não tem necessidades dos intelectuais para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles, e elas o dizem muito bem. Mas, existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida este discurso e este saber”.*⁶⁴

Para os moradores das áreas de mangues o que importa de imediato não é discutir as informações, mas basicamente obter as melhorias necessárias para sua subsistência. A questão dos salários entram aí como uma atividade secundária, pois a falta de infra-estrutura urbana e saneamento básico é nesse caso a preocupação maior.

Um dos papéis do Estado é de prover a cidade e a população dos serviços básicos de infra-estrutura, além de possibilitar o acesso aos serviços essenciais de saúde e educação.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. Os Intelectuais e o Poder em Psicanálise e Ciência da História. Entrevista a Giles Deleuze. Rio de Janeiro, 1974. p. 139-148.

Sendo assim, o vínculo que liga esses diversos agentes produz uma luta desigual e injusta. Desigual, visto que a classe trabalhadora não possui instrumentos capazes de enfrentar em igualdade de condições os demais consumidores do espaço urbano, como as indústrias e os promotores imobiliários. Injusta, porque além das condições subumanas a que estão impostas, o processo de urbanização crescente facilita a concentração da renda e agrava as desigualdades sociais.

Impõe-se então a essas famílias uma carga contínua de humilhação e marginalidade, pela falta de uma política social, econômica e urbana mais equilibrada, que minimize o sofrimento constante dessas pessoas e atenua a visível segregação urbana existente.

6.3. O FRACIONAMENTO DO SOLO E O PADRÃO DE OCUPAÇÃO

Uma das características específicas que constatada no processo de ocupação dos mangues para fins habitacionais é o padrão de ocupação do solo e seu regime fundiário.

Verificando como acontece na prática o assentamento dessas famílias, observamos que há uma coerência e até um certo ordenamento territorial em relação ao uso do solo.

Em pesquisa realizada nessas áreas verificou-se que aproximadamente 23,5% das famílias que ali se instalaram vieram por indicação de parentes e 32,1% por influência de amigos.⁶⁵

Analisando esses índices fica claro que existe uma migração por afinidade, seja ela por parentesco ou apenas de conhecimento e que conduziu essas famílias a ocuparem esses espaços.

Essa indução fez com que fosse pré-estabelecido o “lote” destinado a esse futuro morador. Existem lideranças nessas áreas que se preocupam, ou melhor dizendo são incumbidas em administrar as ocupações. Normalmente é realizado um mutirão de moradores para que a construção da casa possa ser realizada em tempo recorde afim de impedir qualquer iniciativa de embargo por parte da prefeitura ou de outro órgão fiscalizador.

As ocupações mais antigas tiveram como padrão de lote as dimensões de 15x30 m. originando um lote de 450 m² compatível com os parcelamentos oficiais existentes na época podendo nesse caso o morador utilizar o terreno também para o plantio.

⁶⁵ Ver tabela 09, anexo.

Essas dimensões bastantes significativas foram baseadas em lotes destinados a abrigar toda a família e as futuras ampliações necessárias.

É comum entre os moradores das áreas de mangues possuírem mais de uma casa sobre o terreno, sendo normal quando um dos filhos contrai matrimônio, começar sua vida morando ali mesmo, junto aos pais ou sogro até que tenha possibilidade de adquirir seu próprio lote.

Acontece que nem sempre é possível respeitar e seguir um padrão de ocupação. Em muitos casos devido a existência de barreiras físicas, um amontoado de casas se formam utilizando um único acesso, originando um parcelamento do solo diferenciado.

Quando acontece esse tipo de fracionamento, surgem diversas dificuldades tanto a nível de convivência social entre as famílias, como a nível institucional, notadamente para a prefeitura, pois o novo posseiro ao tentar regularizar sua moradia se depara com entraves legais e burocráticos da legislação municipal de uso do solo que dificulta sua tarefa ao máximo.

A maior parte do tecido urbano das cidades brasileiras teve sua origem e formação em ocupações clandestinas e/ou irregulares, o que contribuiu para o "caos" urbano generalizado instalado na maioria de nossas cidades.

Em Joinville, historicamente diversos loteamentos foram implantados em áreas de mangues sem que houvesse qualquer ação efetiva dos poderes públicos competentes para coibi-los

A desordem urbana atinge assim diretamente a classe trabalhadora mais pobre da sociedade, onde o custo social para essas populações que ali moram são elevados e nor-

malmente acima de sua capacidade contributiva, exigindo investimentos públicos elevadíssimos para a implantação da infra-estrutura urbana e do saneamento básico mínimo.

*“A ilegalidade das ocupações de terra, a irregularidade de loteamentos e construções chegaram a índices tão altos nas cidades brasileiras (à exceção de Brasília) que superam na maior parte dos casos, em muito, as ocupações regulares”.*⁶⁶

Essa forma de ocupação do solo nas áreas de mangues tem proporcionado a peculiaridade da existência de um parcelamento quase padrão do solo. Explica-se. Como já vimos, apesar das ocupações terem sido feitas em lotes considerados grandes (15x30 m), os terrenos na sua maioria abrigam mais de uma casa, que geralmente é ocupada por um parente ou amigo.

Em muitos desses casos, ocorre a venda dessa outra moradia para terceiros, que em seguida também repassam para outro interessado e assim sucessivamente. Esse ciclo de transação comercial é motivado pela rotatividade do trabalhador no mercado de trabalho e que por necessidade financeira circunstancial repassa esse imóvel adiante. Muitas vezes, essa situação onde duas ou mais famílias dividem o mesmo espaço, a mesma água, a mesma luz, conduz a uma incompatibilidade, e a convivência até então pacífica torna-se impossível.

⁶⁶MARICATO, Ermínia, op. cit., p. 31.

Um dos fatores que contribuiu para a disputa pelos espaços dos manguezais é a sua localização próxima da área central da cidade.

Trata-se assim de uma periferia valorizada, não só pela situação geográfica, como também pela facilidade de acesso às áreas industriais, em especial à Fundação Tupy.

Assim, essa periferia é fruto do processo sócio-econômico derivado do modo de produção capitalista, onde sua configuração espacial é o espelho do regime fundiário e do fracionamento do solo compatível e interessante para o sistema, consequência direta da ocupação desordenada e da necessidade de reprodução e acumulação do capital.

Por outro lado, essa combinação de fatores contribui para aquilo que alguns estudiosos chamam de “*processo de controle social*”, através da localização e da reprodução segregada de diferentes classes sociais e suas frações.⁶⁷

⁶⁷ Ver a respeito artigo do Prof^o Roberto Lobato Corrêa, in. Revista Geosul, n^o 02, UFSC, 1986, sobre Periferia Urbana.

6.4. OS PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E O PAPEL DO ESTADO NA SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO

Existe aqui uma verdadeira relação direta entre a ação dos proprietários fundiários e a intervenção do Estado na produção e consumo do espaço urbano.

A renda da terra auferida pela especulação imobiliária nas áreas de mangues está baseada fundamentalmente mais no valor de troca do que no seu valor de uso.

A periferia urbana de Joinville oferece aos consumidores das áreas de mangues a contradição entre a capacidade de aglomeração e a necessidade de expansão dos serviços básicos e dos equipamentos urbanos. A fragmentação do espaço propicia que, cada vez mais, a pequena e média burguesia local dispute com a classe trabalhadora de menor poder aquisitivo essas áreas de mangues.

Em algumas dessas áreas já se observa um processo de renovação urbana, onde antigas casas vão sendo substituídas por outras de melhor padrão, com a conseqüente expulsão dessas famílias para outras áreas, e via de regra, para loteamentos periféricos de baixa renda e com pouca infra-estrutura ou ainda através de novas “invasões”.

A ocupação dos mangues pelas empresas, provoca uma demanda natural pelas áreas adjacentes a essas ocupações. O fato de começar uma nova aglomeração força a necessidade da oferta de serviços essenciais, e em geral o botequim/mercearia vem em primeiro lugar.

Identifica-se claramente que ao longo do tempo essas ocupações provocam um processo contínuo de transformação da paisagem natural.

Em primeiro lugar acontece o desmatamento e os aterros. Depois, vem a moradia e a briga junto aos poderes públicos para a instalação da água, luz e o acesso.

Assim, as estruturas fundiárias se modificam permanentemente, fazendo com que essas periferias desempenhem um papel importante no processo de produção do espaço urbano e no controle da oferta e da procura.

Ao promover um “*loteamento*” em áreas remanescentes de mangues, os promotores imobiliários contribuem para estabelecer ali um povoamento que já pelas suas características de nascença será visto como um “*gueto*”, uma favela, um local onde as condições de vida são impostas através do sistema dominante.

Pode-se portanto falar que nessas áreas de mangues existe hoje uma forte segregação social e urbana dessas famílias.

Num processo organizado como aconteceu no final de junho de 1987, cerca de 200 famílias “*invadiram*” uma área de terra da marinha que havia sido aterrada para promover um loteamento popular, através da PMJ* .

A ação rápida dessas famílias, com o respaldo e organização de setores ligados à Igreja e partidos políticos, provocou uma forte reação entre os diversos setores envolvidos, notadamente entre o Poder Executivo Municipal e entidades ligadas a essas famílias, como Pastoral da Terra e Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Esse episódio iniciou um confronto entre os próprios ocupantes da área, que dividiram-se nas exigências e nas reclamações.

* Ver reportagem em anexo

A construção das casas obedece o regime de autoconstrução, mas todas diferenciadas em sua forma e padrão de ocupação.

Essa diversidade de formas num só espaço provoca uma certa reação interna no equilíbrio social da convivência local entre as famílias.

Ao mesmo tempo vemos nessa questão, um processo social de segregação, seja ela social ou combinada, na sua forma e extensão.

Assim sendo, verificamos que o Estado, através dos seus poderes constituídos, possui nessa questão uma parcela contributiva para o agravamento das condições de vida dessas famílias.

A PMJ, ao iniciar em 1985 os trabalhos de “*urbanização das áreas de mangues*”, detonou um processo de disputa violenta por essas áreas.

De um lado, os moradores que já se encontravam no local, de outro lado, as centenas de famílias que aguardavam a oportunidade de ali se instalarem.

A preocupação do poder público municipal na época, era de conter o processo de ocupação desordenado que ali se instalava.

Para tanto, optou-se em urbanizar essas áreas através de investimentos em infraestrutura e serviços básicos.

A primeira etapa programada para o Bairro Fátima, apresentou sérias dificuldades desde a concepção do projeto urbanístico, até a operacionalização das obras.

O projeto do loteamento desconsiderou as ocupações já existentes, e partindo do zero obrigou a relocação de cerca de 150 casas, a um custo financeiro e social elevado. Além disso, o aterro da área era feito através de uma draga flutuante, que bombeava areia do

canal dragado para junto das casa. Esse lodo provocou diversos transtornos, como inundação de casas, impossibilidade de acesso, sedimentação demorada, etc.

O trabalho de urbanização dessa forma, foi lento e caro, custando aos cofres públicos uma quantia considerável.

Pior do que isso, foi a espera de diversas famílias, que tiveram que morar improvisadas em barracos cedidos pelo exército, durante meses. Essa espera provocou a irritação, que generalizada, culminou com a “ocupação” irregular já citada.

Com a “ocupação” desordenada, a PMJ paralisou seus trabalhos e retirou-se do local abandonando as obras e as famílias a sua sorte.

Com essa atitude, aquele bairro virou um território de ninguém durante muito tempo, até que depois de muita negociação algumas obras foram retomadas, porém o projeto em si já estava comprometido e irremediavelmente perdido.

Ainda hoje (1991), a Prefeitura continua com esse trabalho porém sem uma conceituação técnica e social mais apurada. A filosofia e o objetivo inicial do projeto foi desvirtuado.

Ao invés de procurar conter as “invasões”, a PMJ optou em promover loteamentos nessas áreas aterrando por conta própria extensas áreas de mangues que ainda não estavam ocupadas. No auge da campanha eleitoral de 1988, chegou-se a anunciar que a PMJ criaria 10 (dez) mil lotes nessas áreas, conforme reportagem publicada no Diário Catarinense do dia 13/07/88 em anexo.

Como se não bastasse tantas promessas, setores técnicos traçaram uma “via expressa” contornando os mangues numa extensão de aproximadamente quatro quilômetros, com 60 metros de largura de pista de rolamento. Essa via “marginal” como é tratada seria

totalmente asfaltada e com oito pistas de tráfego. Esse projeto não se concretizou pois o espaço reservado para sua implantação também foi “*invadido*”.

Mais uma vez os interesses escusos aparecem aqui escamoteados e ocultos. Uma obra desse porte, em área periférica invadida propiciaria um processo violento de renovação urbana e valorização dessas terras. Logicamente, essas famílias seriam expulsas de seus terrenos pela pressão da especulação imobiliária, e se viriam obrigadas a novamente procurar outras áreas para se instalarem.

Essa força irresistível que expropria essas famílias, aparece dissimulada nos discursos e nas ações políticas. Esses “*investimentos*” que visam beneficiar a população carente, não passam do engodo tradicional e imediatista da classe política.

Cabe portanto a sociedade civil em geral, principalmente através dos seus segmentos mais representativos e organizados, a contínua luta pelo estabelecimento da justiça social e de um verdadeiro Estado de Direito, onde todos sem exceções, possam disputar e serem tratados com igualdade e justiça.

CONCLUSÃO

A realidade de um produto acabado pressupõe que seu conteúdo esteja recheado de formas e das intenções que o inspiraram. Nossa pretensão porém, certos e sabedores das nossas limitações, é de apenas contribuir para com a coletividade que tiver acesso a esse trabalho na discussão de um entre vários dos problemas urbanos atuais, tema esse que tem sido objeto de estudos cada dia mais intensos.

O conhecimento propriamente dito, foi o de busca desde o início de nossos estudos comparado com a prática. Entenda-se por conhecimento a base do fato que procura entender os problemas urbanos como eles são na sua realidade, e não como queremos vê-los.

Partimos portanto do inverso tradicional que norteia as teses acadêmicas. Iniciamos por vivenciar no dia a dia a realidade da pobreza urbana, de famílias que precisaram “invadir” os mangues para satisfazerem uma necessidade material inerente de cada ser humano: o direito à moradia.

Esse trabalho portanto é a expressão da problemática que aproximadamente cinco mil famílias vivem na cidade de Joinville. A peregrinação por vários lugares, cidades e bairros até o seu destino final, ou seja a conquista da terra, que para ironia do destino não se trata nem de terra, mas sim de uma área alagadiça, insalubre e imprópria para a ocupação humana, porém vital para a sobrevivência humana e animal.

Esse paradigma de perseverança e obstinação que nos estimulou para a escolha do tema de nossa dissertação ajudou-nos a construir um trabalho teórico a partir da nossa prática profissional cotidiana. Essa inversão metodológica nos colocou em posição confortável de

discorrer sobre um assunto, o qual contribuiu não só para nosso aperfeiçoamento acadêmico, mas principalmente para nossa formação humana e social.

Ao estudarmos a influência que determinados agentes sociais exerciam sobre a ocupação do espaço urbano, algumas constatações julgamos importante destacar.

1. Em primeiro lugar, que a ocupação dos mangues em Joinville começou no início da década de 70 fortemente influenciada pela transferência das instalações da Fundação Tupy de sua unidade fabril do centro da cidade para uma área de mangue localizada no até então inexpressivo Bairro Boa Vista. O crescimento da economia demandou pela necessidade de mais espaço para sua expansão industrial, conforme documento expedido pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), autorizando a Fundação Tupy a “ocupar” 137.200,00 m² de área de mangue em Joinville.

2. Que a degradação ambiental desse ecossistema e a poluição da Lagoa do Sanguaçu por metais pesados, já era preocupante e atingia níveis elevados na década de 70 conforme exposto no Capítulo 1, seção 4.4. Dessa forma, a ação antrópica aliada a ocupação para fins industriais tende a agravar o desequilíbrio ambiental dos mangues com consequência irremediáveis para a fauna e flora.

3. Que o fluxo migratório para Joinville na década de 70 apesar de elevado, foi fortemente induzido por algumas indústrias e serviu à grande indústria recrutar sua mão-de-obra e manter o nível salarial achatado dos operários, absorvendo vantagens indiretas pela sua localização espacial.

4. Que as ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal para conter as invasões dos mangues e conter o fluxo migratório, não serão suficientes se não vierem acompanhadas de outras medidas que contemplem a questão urbana como um todo, encarando o as-

pecto sócio-econômico como vital para a compreensão exata da dimensão da problemática atual e futura da qualidade de vida de sua população.

5. Que a cidade já possui uma vocação natural para se tornar um pólo regional de desenvolvimento, e que medidas estruturais a nível de planejamento urbano e regional são necessárias sob pena de uma inviabilização de seu crescimento e colapso na questão ambiental e de uso do solo.

6. Que o interesse dos promotores imobiliários pelas áreas de mangues continua e as ocupações por famílias de baixa renda também continuará acontecendo devido a grande extensão dessas áreas no município, e sua preservação estará condicionada a implantação de uma política de planejamento e gerenciamento ambiental que contemple no seu bojo a participação efetiva da sociedade local.

Essas e outras constatações contribuíram para que ao término desse trabalho, tivéssemos a clara consciência de que muitos outros problemas de natureza urbana merecem a atenção dos estudiosos dessa questão. A cidade de Joinville precisa urgentemente repensar sua política de crescimento e de planejamento afim de antecipar suas ações preventivas.

As condições físicas do sítio urbano estão condicionadas a essas ações, que a sociedade reclama e que é função intrínseca do Poder Público. O Estado não pode continuar inerte e conivente com essa situação de miserabilidade imposta a uma parcela significativa da população brasileira. Como é nas cidades que os problemas se materializam e se corporificam na sua territorialidade, cabe notadamente ao Poder Público Municipal a iniciativa de propor as ações e políticas que visem minimizar e solucionar os diversos problemas de natureza urbana e ambiental das nossas cidades, entre eles o da ocupação irregular das áreas de mangues.

BIBLIOGRAFIA

1. BEAUJEAU-GARNIER, Jean. Geografia de População. São Paulo. Ed. Nacional, 1980.
2. CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1983.
3. COSTA, Manoel (org.). Estudos de Demografia Urbana. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
4. CONTE, Giuliano. Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo. Lisboa. Ed. Presença, 1976.
5. CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa, Edições 70, 1983.
6. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1977.
7. ELIAS, Miguel. Habitação: Fundamentos e Estratégia. Rio de Janeiro, Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1980.
8. FAISSOL, Speridião. Urbanização e Regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
9. FARRET, Ricardo (org.). O espaço da cidade Contribuição à análise urbana. São Paulo. Ed. Projeto, 1985.
10. Governo do Estado de Santa Catarina. Diagnóstico Preliminar/Presença de Metais Pesados na Baía de Babitonga. Florianópolis, 1981.
11. HERKENHOFF, Ely. Era uma vez um simples caminho. Joinville, Ed. Meyer, 1987.
12. KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo, Ed. Perspectivas, 1982.
13. LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. São Paulo, Ed. Nobel, 1988.

14. LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo. Ed. Martins fontes, 1981.
15. CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo, Ed. Atlas, 1989.
16. LU, Martin. Planejamento Regional-Urbano e Análise de Sistema. São Paulo. IPE/USP, 1984.
17. MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Petrópolis. Ed, Vozes, 1987.
18. MARICATO, Erminia. Política Habitacional no Regime Militar. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.
19. MARX, Karl. O Capital. Livro 1. São Paulo. Ed. Difel, 1984.
20. _____. A Ideologia Alemã. São Paulo. Ed. Hucitec, 1987.
21. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Relatório Final do GTR/SFH. Brasília, 1986.
22. OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Religião. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1987.
23. _____. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis. Ed. Vozes, 1988.
24. ORELLANA-PENTEADO, M. M. Metodologia Integrada do Estudo do Meio Ambiente. Brasília. UNB (mimeo), 1983.
25. Prefeitura Municipal de Joinville. Levantamento das Áreas Invasadas de Mangues das Terras de Marinha que não possuem infra estrutura. Joinville. Mimeo, 1984.
26. _____. Plano de Estruturação Urbana. Joinville. Mimeo, 1987.
27. _____. Programa Integrado de Urbanização dos Favelas nas Áreas de Mangues. Joinville. Mimeo, 1987.
28. RANGEL, Inácio. A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro, 1963.

29. SANTOS, Carlos Nelson. A Cidade como um Jogo de Cartas. São Paulo. Ed. Projeto, 1988.
30. SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo. Ed. Hucitec, 1982.
31. _____. O espaço dividido: os dois circuitos de economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1979.
32. _____. A Urbanização Desigual. Petrópolis. Ed. Vozes, 1982.
33. SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987.
34. TERNES, Apolinário. História Econômica de Joinville. Ed. Meyer, 1986.
35. TOLEDO, A. e CAVALCANTI, M. (org.). Planejamento Urbano em debate. São Paulo, Ed. Cortez e Moraes, 1987.
36. VALADARES, Lígia P. Passa-se uma casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1978.
37. WEBER, Max. Conceitos Básicos de Sociologia. São Paulo. Ed. Moraes, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1

Em seqüência apresentamos fotocópia de 03 (três) documentos fornecidos pelo Serviço do Patrimônio da União - SPU, que beneficia com a concessão de extensas áreas de mangues, entre eles uma indústria e dois grandes proprietários fundiários da cidade.

Esses documentos são apenas exemplos da ocupação dessas áreas com autorização e beneplácito oficial do Poder Público.

Como explicar a autorização para ocupação de mangues para uma indústria como a Fundação Tupy S/A., numa extensão de 137.200,00 m², o que representa 13,72 hectares, ou ainda área suficiente para implantar um loteamento popular com capacidade para aproximadamente 370 lotes de 240,00 m².



MINISTÉRIO DA FAZENDA
DELEGACIA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO Nº 81790100237-84

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho do Sr. Delegado, exarado no proces.

nº. 440/80 foi inscrito em 10 de novembro de 1981 sob o

DE ORDEM 81790100237-84, sr. Osnin Soares da Rocha. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX como ocupante inicial. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(local, por transferência)

com direito preferencial ao aforamento do terreno de marinha. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX situado

Rua São Miguel, Bairro Boa Vista, mun. de Joinville-SC na forma do Decreto-Lei nº.

760 de 5 de setembro de 1946 e do Decreto-Lei nº. 1.561 de 13 de julho de 1977. O terreno está sujeito à

taxa anual de Cr\$ 42.045,00 (art. 127 § 1º, do Decreto-Lei nº. 9.760).

OBRIGAÇÕES DO OCUPANTE: a) Pagar a taxa, adiantadamente, no primeiro quadrimestre de cada ano, sob pena de multa de 10%; o não pagamento da
taxa durante 2 anos consecutivos importará na cobrança executiva; b) Nas transferências onerosas a União terá direito de opção e, quando não exercer
abrará o lucro de 5% sobre o valor do terreno e benfeitorias, tudo de acordo com os arts. 129 e 130, do decreto-lei 9.760 de 5-9-76, respectivamente.

CARACTERÍSTICAS DO TERRENO: O terreno em apreço mede 2.115,00 m de frente, tendo as seguintes confrontações: frente, confronta com Osnin Soares da Rocha; lateral direita medindo 33,00 m, confronta com Dalva D. da Rosa; lateral esquerda medindo 33,00 m, confronta com Adair Correa; fundos com 2.115,00 m, confronta com o Rio Boa Vista, Rio Cachoeira e um Braço do Rio Cachoeira. Possui o imóvel em apreço "Preferência ao Aforamento" de acordo com o artigo 105, item 1º do Decreto-Lei 9.760/46 de 05 de setembro de 1946. A constituição do aforamento fica condicionada às audiências do Art. 100 do Decreto-Lei nº 9.760/46 de 05 de setembro de 1946, bem como a demarcatória da L.P.M. de 1831, para a zona de situação do imóvel, não cabendo à União indenização, total ou em parte, se vier a ficar constatado, por ocasião da demarcação da L.P.M. de 1831, que o terreno não pertence à União. Área de 69.795,00 m². Florianópolis, 10 de Novembro de 1981.

DELEGACIA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA
[Assinatura]
JOSE ELMAR KURTZ
CHEFE SUPER. DE JAVIAS E...

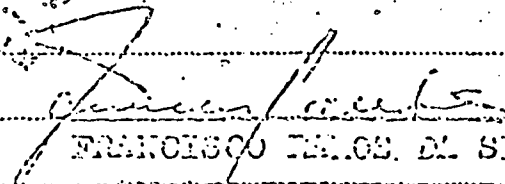
DELEGACIA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA 10/11/81
[Assinatura]
AMAURO TEODOSIO
CHEFE DE SEÇÃO DE RECEITAS IMOBILIÁRIAS

POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO Nº 33/77

ALFREDO MIGUEL ZATTAR - protocolado nesta Delegacia sob nº 03191/77 - Z, do processo de ocupação, no qual requer também uma certidão de registro; CERTIFICO, que ALFREDO MIGUEL ZATTAR é ocupante de um terreno de marinha situado no município de Joinville-SC, bairro Doa Vista, medindo 640,00 metros de frente, tendo as seguintes confrontações: Frente para o rio Cachoeira numa extensão de 340,00 metros e para o rio Jurucueçaba, numa extensão de 300,00 metros, fundos com terras alodiais do requerente, laterais, pelo lado direito com terras de Olimpio de Oliveira, e pelo lado esquerdo com as margens do rio Jurucueçaba e terras de João Moreira. Estando registrado nesta Delegacia sob nº 12.180. Tendo recolhido as taxas do exercício de 1977 a agência do Banco do Brasil, através da guia nº 730/77 de 10.11.77. Sujeito ao pagamento da taxa anual periodicamente renovável. Nada mais havendo constar, eu *Francisco Telles da Silva* datilógrafo e presente certifico, aos dez dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (10.11.77) que vai assinada pelo Sr. Delegado do Serviço do Patrimônio da União em Santa Catarina.

Em 10 de novembro de 1977


 FRANCISCO TELLES DA SILVA

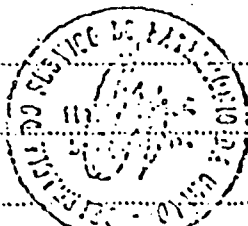
 SUBSETE EVENTUAL DO
 DELEGADO

S. SILVA JARDIM

 Rua - S. Telles de Mota
 115 - STA. CATARINA
 22.5120 - 22-5931

 Remessa, a(s) firma(s)
 e nome(s) e endereço

de 10 de 11 de 1977



ANEXO 2

As tabelas que mostramos a seguir, foram elaboradas através de um levantamento efetuado pela Prefeitura Municipal de Joinville em outubro de 1987, pelo Núcleo de Bacias Hidrográficas, afim de verificar as condições sócio-econômicas das famílias moradores nas áreas de mangues do Bairro Espinheiros na chamada Vila Paranaense.

A análise dos dados ali contidos revela as condições precárias a que essas famílias estão submetidas e a falta quase que completa de infra-estrutura em suas habitações.

TABELA 2 - CONDIÇÃO DE USO DA HABITAÇÃO

CONDIÇÃO DE USO DA HABILITAÇÃO	Nº	%	SUB-TOTAL
PRÓPRIA	297	94.6	
ALUGADA	15	4.8	
CEDIDA	2	0.6	
TOTAL	314	100.0	

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 3 - MOTIVO PELA QUAL A FAMÍLIA MIGROU

MOTIVO	Nº	%	SUB-TOTAL
1. Falta de Infra-estrutura	7	2,3	
2. Desemprego	62	19,7	
3. Aluguel alto	102	32,5	
4. Por não ter condições de adquirir um terreno em outro local	3	0,9	
5. Situação financeira difícil	51	16,3	
6. Queria ter a casa própria	49	15,6	
7. Melhorar de vida	13	4,2	
8. A lavoura não dava para garantir o sustento da família	24	7,6	
9. Motivos pessoais	3	0,9	
TOTAL	314	100,0	

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 4 - MOTIVO PELO QUAL A FAMÍLIA ESCOLHEU O MANGUE

MOTIVO	Nº	%	SUB-TOTAL
1. Falta de Infra-estrutura	4	1,3	
2. Alto custo do aluguel	64	20,4	
3. Por não ter condições de adquirir um terreno em outro local	133	42,4	
4 Situação financeira difícil	54	17,2	
5. Queria ter a casa própria	28	8,9	
6. Melhorar de vida	18	5,7	
8. A lavoura não dava para garantir o sustento da família	10	3,2	
9. Motivos pessoais	3	0,9	
TOTAL	314	100,0	

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 5 - PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO SEGUNDO O TEMPO DE MORADIA NO MANGUE

TEMPO QUE RESIDE NO MANGUE	JOINVILLE		OUTROS MUNICIPIOS - SC		OUTROS ESTADOS		SUB-TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De 0 a 1 ano	69	22,0	4	1,3	11	3,4	84	26,7
De 1 a 2 anos	58	18,5	4	1,3	13	4,1	75	24,0
De 3 a 4 anos	77	24,5	4	1,3	13	4,1	94	30,0
De 5 a 10 anos	40	12,7	5	1,5	12	3,8	57	18,0
De 11 a 15 anos	4	1,3	--	--	--	--	4	1,3
TOTAL	248	79,0	17	5,4	49	15,4	314	100,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 6 - SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA

GRUPO DE OCUPAÇÃO		Nº	%
Indústria	Construção Civil	29	6,3
	Demais Ramos	173	37,4
Sub-Total		202	43,7
Serviços	Comércio	9	1,9
	Escritório	2	0,4
	Demais Serviços Não-Domésticos	47	10,1
	Doméstico	26	5,6
Sub-Total		84	18,0
Biscates Diversos (Desempregado atividades ocasionais)		81	17,6
Desempregados (com ocupação ocasional)		96	20,7
Sub-Total		177	38,3
TOTAL		463	100,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987

TABELA 7 - DESTINO DOS DEJETOS

DESTINO DOS DE- JETOS	BOA VISTA		COMASA BOA VISTA		FÁTIMA, ITAUM GUANABARA		ESPINHEIROS		IRIRIÚ		SUB-TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
VALETAS	93	7,4	30	2,4	208	16,5	226	17,9	1	0,1	558	44,3
Diretamente no rio	22	1,7	15	1,2	189	15,0	41	3,2	114	9,0	381	30,1
OUTROS	134	10,6	88	6,9	24	1,9	73	5,8	5	0,4	324	25,6
TOTAL	249	19,7	133	10,5	421	33,4	340	26,9	120	9,5	1263	100,0

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 8 - PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO SEGUNDO A ZONA URBANA E RURAL DOS MORADORES

LOCAL DE ORIGEM	ZONA						SUB-TOTAL
	URBANA		RURAL		Nº	%	
	Nº	%	Nº	%			
Joinville	68	21,7	11	3,5	79	25,2	
Outros Municípios de Santa Catarina	31	9,9	65	20,7	96	30,6	
Outros Estados	40	12,7	98	31,2	138	43,9	
Outros Países	---	---	1	0,3	1	0,3	
TOTAL	139	44,3	175	55,7	314	100,0	

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 9 - RENDA FAMILIAR SEGUNDO O NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA

FAIXA DE RENDA FAMILIAR	NÚMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA												SUB-TOTAL	
	1 a 3			4 a 6			7 a 10			Mais de 10			Nº	%
	Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%			
Até ¼ SM	5	1,6		7	2,3		--	--		--	--		12	3,9
¼ a ½ SM	8	2,5		5	1,6		--	--		--	--		13	4,1
½ a 1 SM	21	6,7		29	9,2		4	1,3		1	0,35		55	17,55
1 a 1,5 SM	15	4,7		45	14,3		19	6,0		1	0,35		80	25,35
1,5 a 2 SM	19	6,2		41	13,0		15	4,8		2	0,7		77	24,7
2 a 3 SM	5	1,6		28	8,9		14	4,5		2	0,7		49	15,7
3 a 5 SM	8	2,5		9	2,9		6	1,9		2	0,7		25	8,0
Mais de 5 SM	--	--		--	--		--	--		2	0,7		2	0,7
TOTAL	81	25,8		164	52,5		58	18,5		11	3,5		314	100,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 10 - PROCEDÊNCIA DA INDICAÇÃO DO LOCAL (MANGUE)

SUGESTÃO DO LOCAL	SUB-TOTAL	
	Nº	%
Parentes	74	23,5
Amigos	101	32,1
Estranhos	37	11,8
Políticos	1	0,3
Imobiliária	4	1,3
Sub-Total	217	69,9
NÃO	97	31,0
Sub-Total	97	31,0
TOTAL	314	100,0

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

TABELA 11 - ÁGUA ENCANADA

AGUA ENCANADA	BOA VISTA		COMASA BOA VISTA		FATIMA, ITAUM GUANABARA		ESPINHEIROS		IRIRIJÚ		SUB-TOTAL		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
SIM	rede oficial	141	11,1	73	5,8	235	18,5	231	18,3	54	4,3	734	58,1
	rabicho	103	8,1	33	2,6	122	9,7	83	6,6	52	4,1	393	31,1
Sub-Total		244	19,2	106	8,4	357	28,3	314	24,9	106	8,4	1127	89,2
Não		5	0,4	27	2,1	64	5,1	26	2,1	14	1,1	136	10,8
Sub-Total		5	0,4	27	2,1	64	5,1	26	2,1	14	1,1	136	10,8
TOTAL		249	19,6	133	10,5	421	33,4	340	26,9	120	9,5	1263	100,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Joinville. out./1987.

TABELA 12 - LUZ ELÉTRICA

L U Z	BOA VISTA		COMASA		FÁTIMA, ITAUM		ESPINHEIROS		IRIRIÚ		SUB-TOTAL		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
SIM	rede oficial	136	10,8	80	6,4	206	16,3	183	14,5	46	3,5	651	51,5
	rabicho	105	8,3	32	2,5	132	10,4	124	9,8	50	4,1	443	35,1
Sub-Total		241	19,1	112	8,9	338	26,7	307	24,3	96	7,6	1094	86,6
Não		8	0,6	21	1,6	83	6,7	33	2,6	24	1,9	169	13,4
Sub-Total		8	0,6	21	1,6	83	6,7	33	2,6	24	1,9	169	13,4
TOTAL		249	19,7	133	10,5	421	33,4	340	26,9	120	9,5	1263	100,00

FONTE : Prefeitura Municipal de Joinville out./1987.

ANEXO 3

As fotografias que seguem ilustram e provam as condições de miséria a que estão submetidas essas famílias.

Mostram também a dificuldade e os transtornos que as obras de infra-estruturas provocam no cotidiano das pessoas moradoras dessas áreas de mangues.

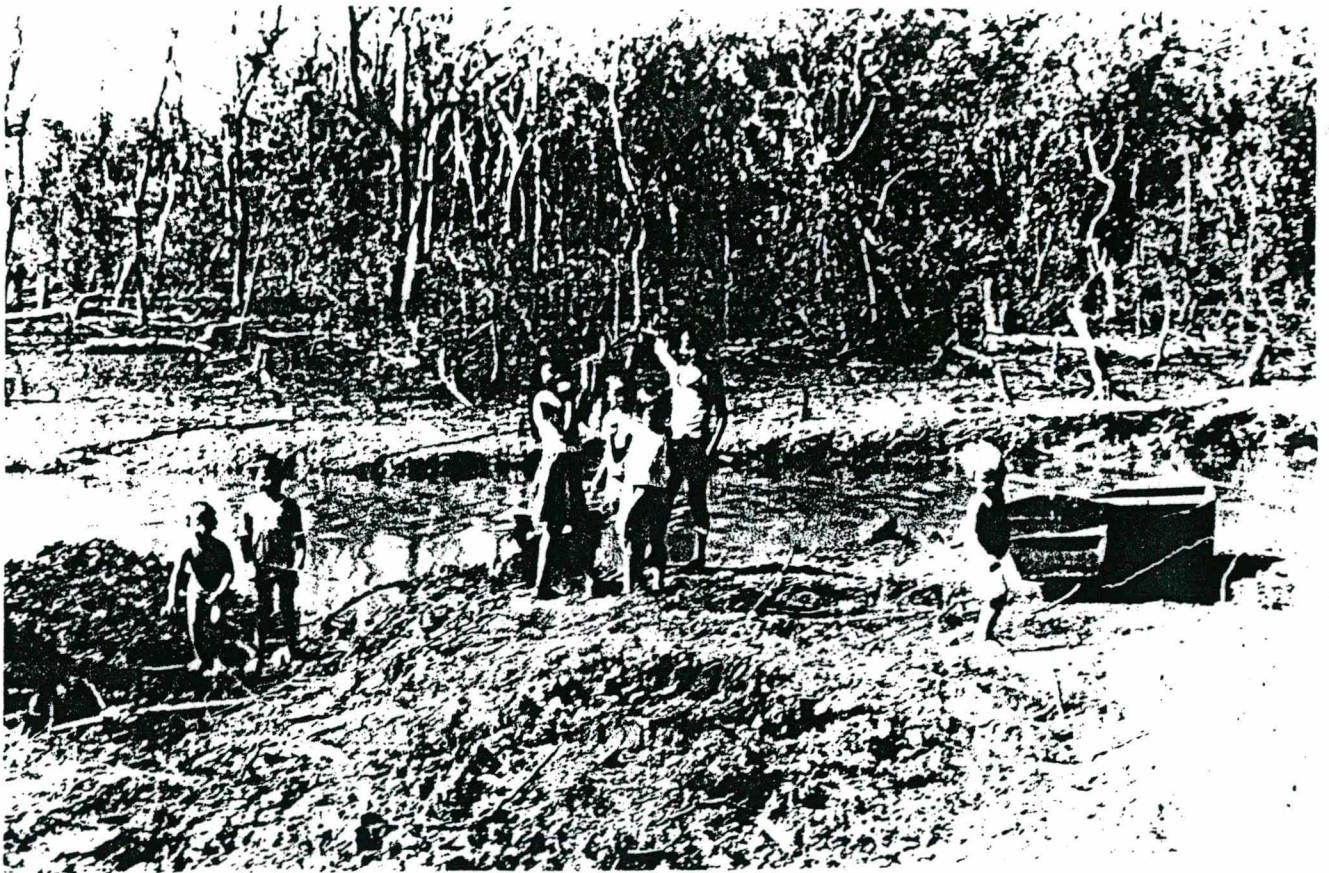


FOTO 1. Crianças brincam em meio a lama, sem perceberem as condições sub-humanas a que estão submetidas. Ao fundo a agressão do homem ao meio ambiente

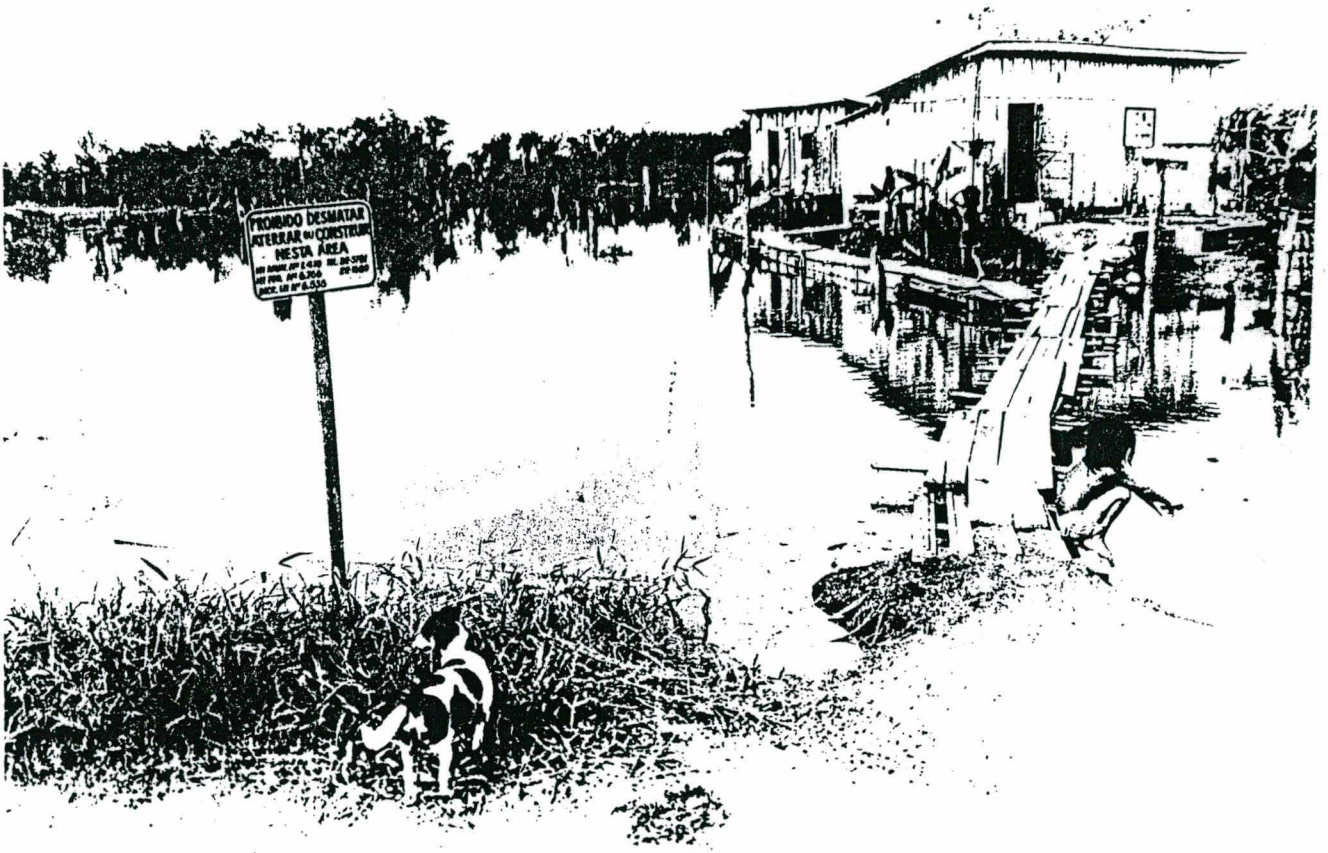


FOTO 2. A placa adverte, mas o homem desafia a lei e a natureza.

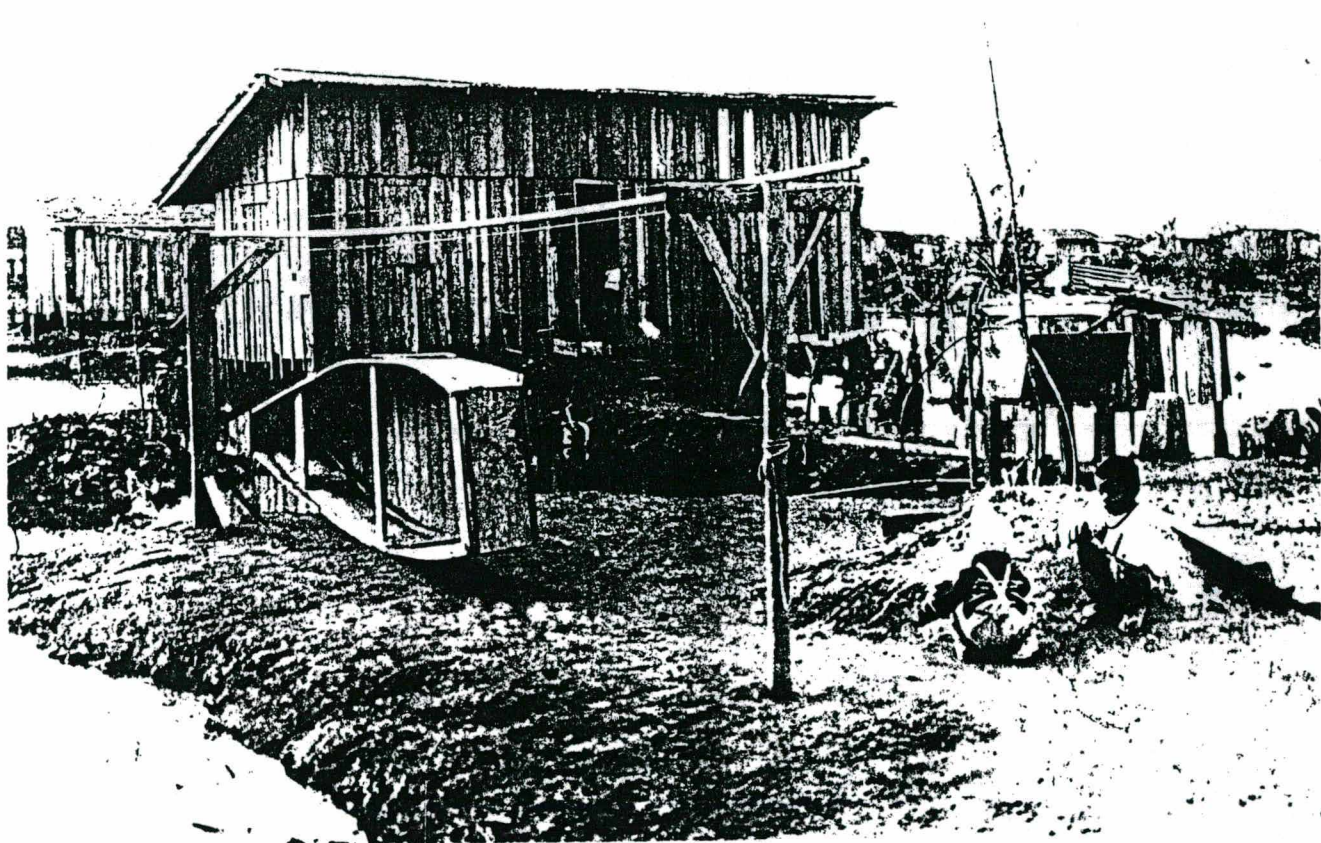


FOTO 3. Junto ao barraco, o barco de pesca utilizado para a pesca artesanal, que após o aterro fica proibitivo para o morador devido a distância do canal.



FOTO 4 . Aspecto geral do mangue após o aterro hidráulico, tendo como fundo, as precárias moradias.

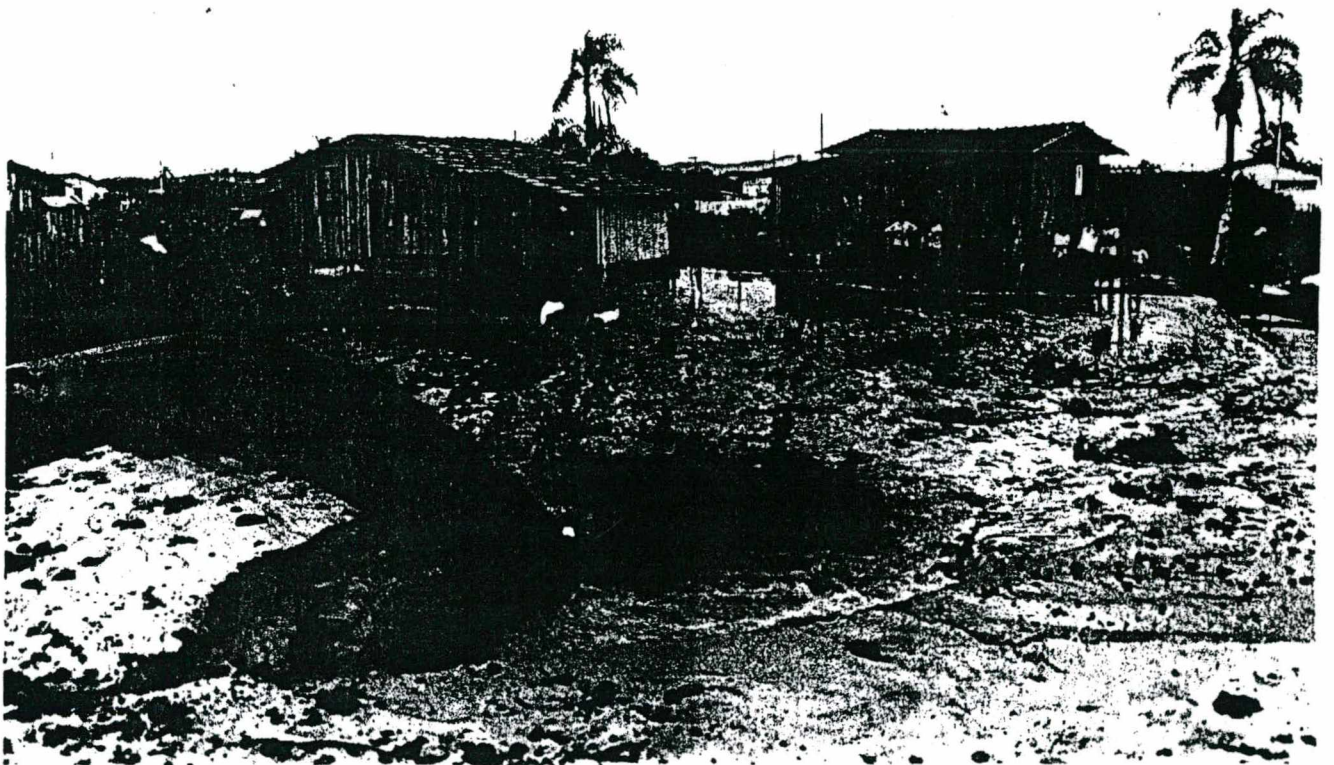


FOTO 5. À esquerda nota-se a tubulação da draga de sucção despejando o material (areia) para o aterro hidráulico.



FOTO 6. Crianças brincam na areia do aterro executado. À esquerda, a linha de tubulação da draga.

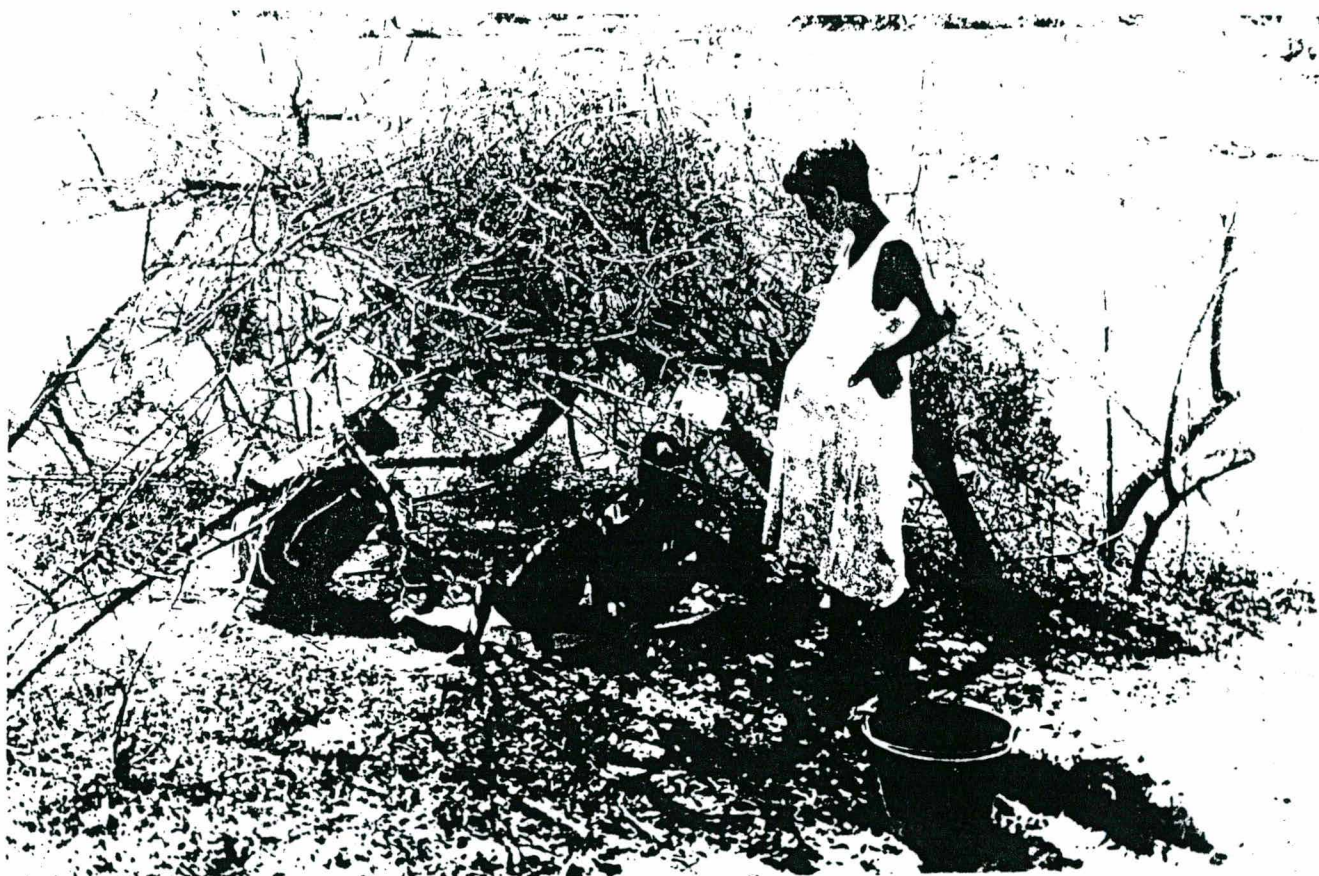


FOTO 7. A mãe observa os filhos brincando, enquanto prepara o balde para a lavação da roupa.

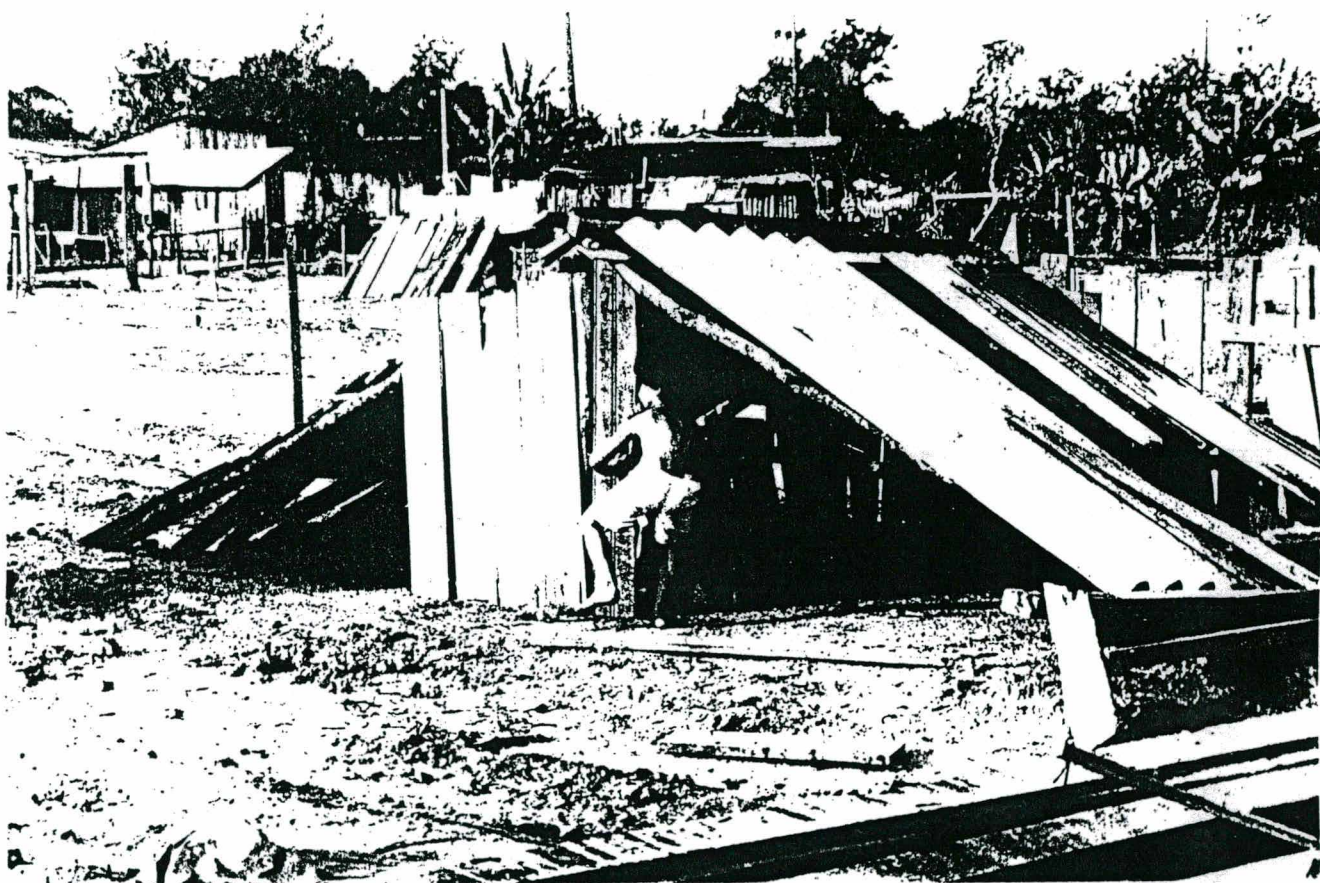


FOTO 8. A casa improvisada de restos de materiais, é na verdade uma precária ocupação de um terreno no mangue já aterrado.

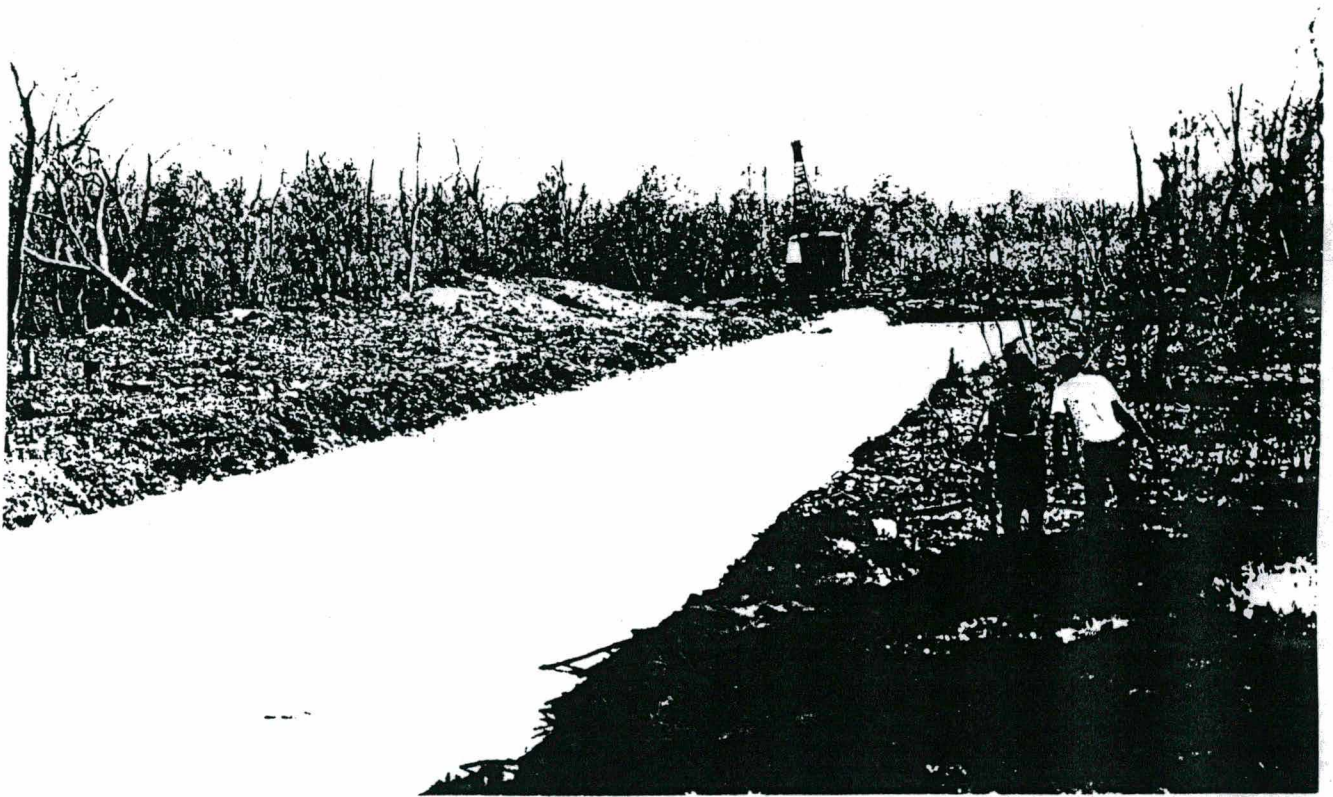


FOTO 9. Um canal aberto no mangue por um "drag-line", que aparece ao fundo.



FOTO 10. Observa-se a lama que o aterro hidráulico provoca, devido aos vazamentos existentes na tubulação.

ANEXO 4

Os recortes de jornais contribuem aqui para provar a complexidade e a dimensão que é a ocupação dos mangues na cidade de Joinville.

Procuramos selecionar algumas reportagens que possibilitassem dar um panorama geral da visão dos diversos agentes envolvidos nesse processo.

Verificamos os depoimentos de políticos, empresários, moradores, enfim cada qual externando sua opinião sobre as ocupações das áreas de mangues

SÃO
JOAQUIM

100 ANOS
O centenário alegre e fascinante da mais
serena cidade brasileira

Amotícia

64 anos a serviço de Santa Catarina

Consul
Perfeito

A GARANTIA
DE UM
FUNCIONAMENTO
PERFEITO

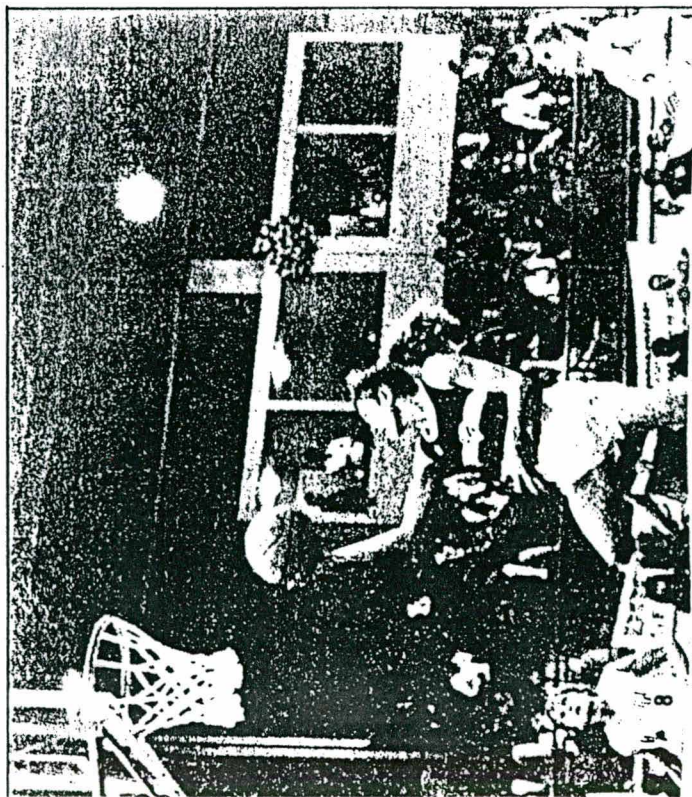
Para não comprometer a qualidade do seu refrigerador, procure no Condicionador de Ar Consul, basta entrar nessa loja e você já sabe qual é o melhor modelo. Essas lojas a venda nos pontos de Pronto Serviço Consul, onde você também encontra os melhores serviços de conservação e pintura para seus aparelhos Consul. Esta é mais uma garantia que a Consul oferece a você. Rua Araranguá, 514 Tel.: 22-1932 JOINVILLE - SC

ANO LXV

Joinville, sábado, 4 de julho de 1987

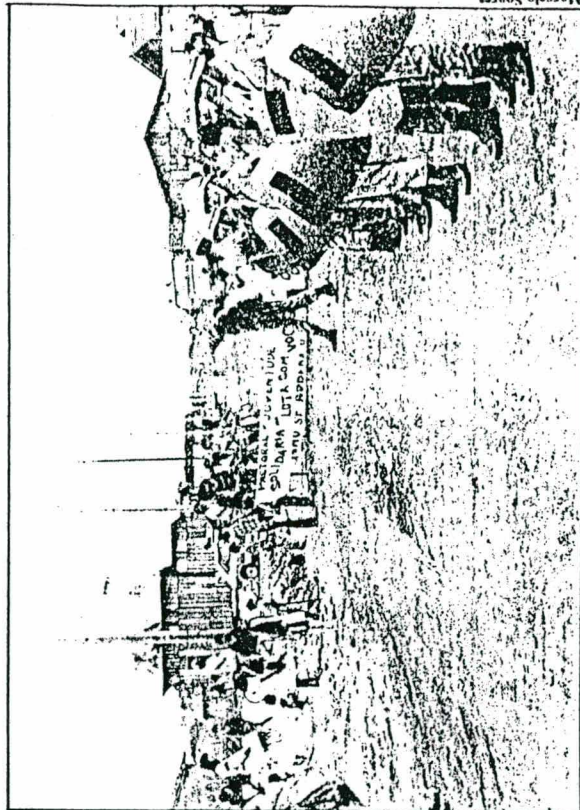
Nº 16.199 — Cz\$ 13,00 — outros estados, Cz\$ 25,00

Tensão no mangue. Moradores denunciam PM



Moradores haviam se comprometido a não usar o material. Prefeitura rompeu o acordo

Tensão, correria, protesto e denúncias de violência. Esse foi o cenário do mangue do Fátima ao amanhecer de ontem. As 5 horas da manhã, um pelotão de cho-que da Polícia Militar, composto de 50 homens, garantiu o trabalho de operários da prefeitura de Joinville que foram retirar materiais de construção que a municipalidade havia deixado na área recuperada do mangue, destinados a reconstruir casas de pessoas anteriormente cadastradas. Os moradores acusaram a polícia de ter empregado a força. Adélio Gonzaga, presidente da Associação de Moradores, disse que os policiais bateram nas pessoas que tentaram impedir a passagem de caminhões com material. A prefeitura alegou temer o uso do material por não cadastrados. Página 14



Pelotão de choque da PM apareceu às 5 horas da manhã, para garantir saída de material

04/07/87

Batalhão de choque acorda o mangue

Prefeitura retirou os materiais de construção no Fátima, com cobertura de 50 PMs

A tranqüilidade dos moradores da área do mangue do bairro Fátima foi quebrada durante a madrugada desta sexta-feira com a presença do Batalhão de Choque da Polícia Militar e funcionários da prefeitura municipal. Por volta das 5 horas da manhã a prefeitura de Joinville começou a retirar o material de construção, que seria utilizado para melhorar a infra-estrutura do local, com a construção de redes de água, luz e banheiros de alvenaria. Segundo o presidente do Centro dos Direitos Humanos de Joinville, João Fachini, existia um acordo entre o executivo municipal e as 200 famílias que invadiram o mangue no último sábado, quando as pessoas se comprometeram em não pegar nenhum material. "Agora quem está descumprindo este tratado, é a prefeitura porque os moradores não tocaram em uma única pedra de tijolo", salientou João Fachini.

Além disso, continua o presidente do Centro dos Direitos Humanos, a presença da polícia é extremamente arbitrária, já que a negociação vem sendo realizada há muito tempo, sem que fossem tomadas as devidas providências pelo Executivo joinvilense. "Há mais de dois anos estão sendo realizadas promessas, sem que nenhuma atitude concreta fosse tomada para a efetivação das obras, e chega a um ponto que a população cansa de ser enganada e quer ver as coisas serem feitas", enfatiza Fachini.

Violência policial

O presidente da Associação de Moradores do Mangue do Bairro Fátima, Adélio Gonzaga, que coordenou os moradores cantando palavras de ordem, denunciou o abuso de autoridade utilizado pelos policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que acompanharam durante todo o tempo a operação. Segundo Adélio Gonzaga, os policiais bateram em alguns moradores que estavam no meio da rua para impedir a passagem de caminhões com material.

"Os próprios funcionários da prefeitura municipal auxiliaram a polícia, também agredindo as pessoas,



Ester desconhece os motivos da agressão gratuita enquanto amamentava o filho de 8 meses

inclusive senhoras que estavam com filhos no colo", disse o presidente da Associação do Mangue. Ester Lauriano da Silva, 20 anos, confirmou que foi jogada dentro de uma vala de esgoto com o filho de 8 meses nos braços, pelo chefe do serviço de segurança da prefeitura municipal.

Os operários Lourival Paulo Reitz, de 25 anos, e Justino Martins, de 39 anos, também disseram que foram agredidos a golpes de cacetetes pelos policiais. "Eu estava no meio da rua, juntamente com os demais moradores, quando eles chegaram e vieram batendo, porque estávamos impedindo que os caminhões passassem", argumentou Lourival Paulo Reitz, mostrando as costas onde teria levado as pancadas.

Versão dos policiais

Conforme o tenente Fred Harry Schaufhirt, que comandou os 50 policiais que atuaram no mangue, e recebeu flores dos moradores, "tudo aconteceu na maior tranqüilidade possível, sem acontecer qualquer tipo de agressão". No que se refere às denúncias de que a polícia teria utilizado de agressividade para que os manifestantes se afastassem, o tenente da Polícia Militar salientou que são



Orel: posso dizer que tive um braço quebrado e enfiado

imprecedentes, mas as pessoas têm o direito de procurarem o Instituto Médico Legal para fazerem exames.

"A missão da tropa de choque foi a de simplesmente salvaguardar a integridade física dos funcionários da prefeitura e evitar que houvesse depredação do patrimônio público", disse Fred Schaufhirt. O tenente também desmentiu a versão do chefe do departamento de segurança da Prefeitura, Dalmo Orel, que disse ter havido agressividade por parte dos moradores, que chegaram a jogar pedras quebrando vidros de caminhões. "Vocês podem olhar por aí e verem que não são sinais de vidros quebrados, ou de qualquer tipo de violência", justificou o tenente da PM.

Já o chefe da segurança da prefeitura, Dalmo Orel, utilizou de um trocadilho para se defender das acusações dos moradores de que teria agredido uma senhora com o filho no colo. "Eu posso chegar a dizer que estou com o braço quebrado devido a um confronto com moradores e aparecer amanhã com o braço enfiado", falou Dalmo Orel.

Nota da prefeitura

Antes na manhã de ontem a prefeitura divulgou nota informando os

motivos da retirada do material de construção e a proteção da Polícia Militar para que o serviço fosse concretizado. Conforme a prefeitura de Joinville, isto aconteceu, devido à ocupação desordenada da área do Mangue do bairro Fátima. Outro motivo salientado é que existem muitas pessoas inscritas para o programa de auto-construção, que possibilitam uma ocupação ordenada. Segundo a prefeitura, todos estes compromissos foram assumidos numa reunião que aconteceu no dia 21 de junho, no grupo escolar "Edgar Castanheira", na qual foram acertados os critérios de ocupação ordenada seriam definidos no dia 5 deste mês, pelos próprios inscritos no programa.

Conforme a nota da prefeitura, esta reunião está cancelada, devido à ocupação desordenada. E a presença da Polícia Militar deve-se à existência de ameaças aos funcionários da prefeitura, que já haviam tentado retirar o material na última quarta-feira. Com relação ao material retirado, ficará guardado em local público para posterior utilização em programas de saneamento e de auto-construções nos bairros Fátima e Profipo.



Moradores construindo diante da vigilância policial



Paralisada contenção de invasões nos mangues

Atraso no projeto já atinge dois meses, segundo a prefeitura, por falta do repasse de verbas federais

O projeto de contenção de invasões nos mangues, tão propagado pela prefeitura de Joinville como forma de preservar a fauna e a flora e minimizar os problemas de insalubridade e habitações clandestinas destas regiões, está desativado por falta de verbas. Num plano geral o projeto já apresenta um atraso de dois meses. No bairro Espinheiros a abertura do canal de contenção já deveria estar praticamente concluída, no entanto, se encontra no início. A draga contratada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento está parada há vinte dias. E a pequena área já aterrada pela prefeitura para a construção de um loteamento popular está praticamente toda ocupada. No mesmo local um sambaqui sofre ação de depredação constante.

Como explicou o secretário dos Negócios do Governo da Prefeitura, Orlando Roskamp, o atraso nas obras se deve à não liberação de recursos na ordem de 408 mil OITNs prometidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O problema não é má vontade do BNDES, mas sim o atraso de repasses por parte do governo federal do Finsocial (imposto que propicia financiamentos a fundo perdido) a este banco. "O financiamento foi aprovado há dois meses e só não foi liberado por este problema. Para resolvê-lo estamos promovendo constante pressão política junto ao governo federal, em Brasília", garantiu Orlando.

Com isto, a prefeitura já investiu de seus cofres 5 milhões de cruzados e o DNOS, órgão conveniado para fazer a dragagem, 10 milhões de cruzados nas obras do mangue dos Espinheiros. Contudo, o atraso já atinge dois meses. A dragagem está parada há vinte dias, quando acabaram-se os recursos. No local o funcionário da empreiteira Ibec, vencedora da licitação pública, Alberto José de Abreu, informou que esta não é a primeira vez que a draga pára. Quando isto acontece os cofres



Orlando: pressão em Brasília

públicos são afetados duplamente: primeiro com a paralisação das obras e não liberação das verbas; e segundo porque a empreiteira cobra os dias parados, já que mantém os funcionários e equipamentos à disposição. As obras totais da área, que deveriam ser concluídas em julho do próximo ano, tendem a sofrer um atraso de mais de quatro meses se continuarem nesta proporção.

Ocupação clandestina

No Espinheiros, o canal de contenção terá uma extensão de 1.300,00 metros, beneficiando uma área de 560.000,00m² e atingindo uma população de 4.374 habitantes. Com a areia retirada do canal a prefeitura aterra as áreas vizinhas, evitando assim as comuns inundações naqueles locais e propiciando a construção de moradias sem alto risco de insalubridade, como existe hoje. Uma pequena parte já foi aterrada.

Só que, ao contrário do que esperava a prefeitura ao planejar construir ali um loteamento para famílias de baixíssimas rendas, estas mesmas famílias já ocuparam a maior parte desta área sem cartão verde para isso. Os barracos são montados geralmente à noite e proliferam ali, sem que os ocupantes tenham infraestrutura decente. Se persistir mais alguns meses o atraso nas obras de abertura do canal, há um grande risco de — desvirtuando o projeto da prefeitura — os moradores passarem para o lado inabitado do mangue que o canal pretendia preservar. Esta hipótese foi admitida até mesmo pelo secretário Orlando Roskamp.

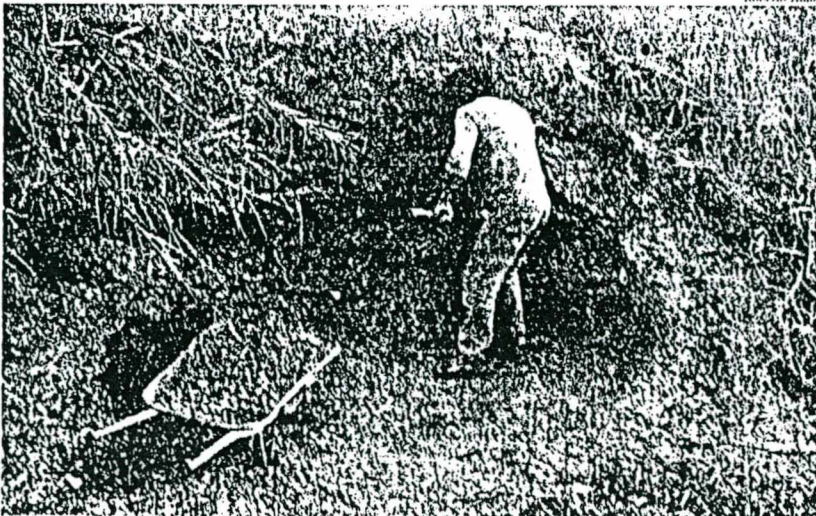
Sambaqui depredado

No local das obras se localiza o Sambaqui-Espinheiros 2, tombado pelo patrimônio histórico da União e importantíssimo como fonte de pesquisa científica que visa resgatar a cultura de um povo e de uma localidade. Contudo, pela falta de cercado, fiscalização e conscientização, moradores desinformados retiram em grande quantidade cascalhos do sambaqui para despejá-los sobre seus terrenos lodosos. Na última terça-feira esta retirada pôde ser constatada em flagrante pela reportagem. Dois jovens escavavam o local e conduziam o cascalho em dois carrinhos-de-mão até suas casas.

O diretor do Museu do Sambaqui de Joinville, Afonso Inhoff, alegou que a responsabilidade pela preservação e fiscalização dos sambaquis é do SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional). No entanto, por falta de estrutura técnica e logística, este trabalho não vem sendo desenvolvido a contento. Por isso a prefeitura vem tentando suprir, apesar de precariamente, esta lacuna. Na semana passada, disse Afonso, foram realizadas duas reuniões com a comunidade com o objetivo de conscientizá-la da importância da preservação do sambaqui.

Além disso, no ano passado, União e prefeitura assumiram compromisso de cercar a área, dividindo em 50% as despesas. Mas o governo federal nunca liberou a verba prometida. Para cercar a área é necessário retirar algumas casas ali edificadas, respeitando-se as normas de distância do SPHAN. A responsabilidade pela fiscalização de sambaquis no Estado é do delegado regional do SHAN, em Florianópolis, Rosandro Lopes Bastos, que, porém não foi encontrado ontem para justificar a ausência deste trabalho. Para Afonso Inhoff, a mutilação do sambaqui Espinheiros 2 pode ocasionar a perda de elementos fundamentais para descobertas científicas. O arquiteto Walter Pinza, ao escavá-lo em 1965, comprovou sua importância como fonte de estudos e descobriu algumas peças ali de alto valor histórico. "Toda e qualquer construção humana deve ser preservada e no caso de sambaquis, onde a depredação é irreversível, o cuidado deve ser ainda maior", comparou o diretor do museu.

Roberto Adam



No mangue do Espinheiros, moradores destroem sambaqui, retirando cascalho para seus terrenos

Joinville recebe recursos federais

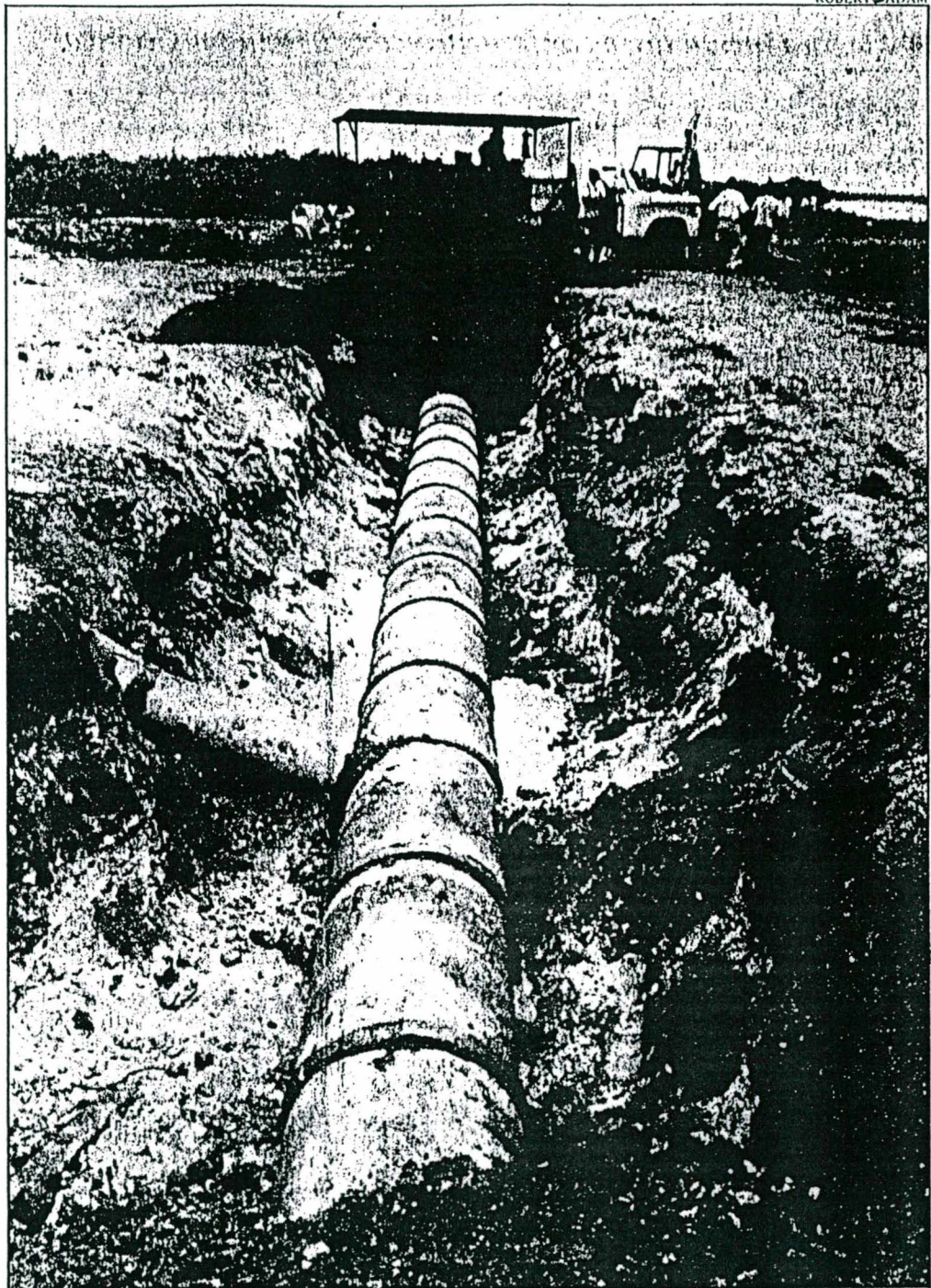
■ Verba permite a conclusão das obras de infra-estrutura nos mangues

O Núcleo de Bacias Hidrográficas da prefeitura recebe hoje do Ministério de Ação Social Cr\$ 200 milhões, a fundo perdido, para a implantação de microdrenagem nas áreas de mangue ocupadas nos bairros Espinheiros, Jardim Iriirú e Comasa do Boa Vista. Nessa semana chegou também os Cr\$ 130 milhões correspondentes à segunda parcela dos Cr\$ 230 milhões solicitados para a realização de infra-estrutura básica em 1.400 lotes e relocação e reconstrução de 1.400 casas. Segundo o coordenador do NBH, Marco Antônio Tebaldi, esse dinheiro será suficiente para a conclusão do trabalho.

O serviço de microdrenagem, embora o recurso chegue somente hoje, já foi iniciado no Jardim Iriirú e Comasa. "Semana que vem, a Engcepasa, empresa vencedora da concorrência, vai começar a implantação da rede de esgoto no Espinheiros", acrescentou, ressaltando que esta obra de saneamento é muito importante porque vai "melhorar em 100% a condição de vida das famílias". Tebaldi destaca, principalmente, que com a implantação da tubulação as crianças não terão mais contato com o esgoto, que ficava a céu aberto, evitando assim as doenças.

O esgoto, informa Tebaldi, será lançado no rio que corta a área de mangue. "Destinamos áreas livres para a implantação do sistema de tratamento de esgoto mas ainda não há condições de realizar essa obra", frisa o coordenador do NBH. Ele observa que esse esquema de escoamento não é ideal em termos de natureza "mas é o mesmo que ocorre no centro da cidade, em que a maior parte do esgoto é despejada no rio Cachocira".

A verba que chega hoje será suficiente para a implantação de 35 quilômetros de rede de esgoto de um total de 70 quilômetros necessários. Para a conclusão das obras de microdrenagem o NBH vai pedir suplementação de verba ao Ministério de Ação Social. Marco Tebaldi informou que 50% do trabalho de reurbanização das áreas de mangue ocupadas já estão concluídos. Ele espera que o projeto esteja



O conjunto de obras vai melhorar em cem por cento as condições de vida dos moradores dos mangues

totalmente pronto em 92. As perspectivas, pelo menos, são favoráveis. O NBH conseguiu a aprovação de Cr\$ 2 bilhões e 400 mil no orçamento da União neste

ano para a realização de infra-estrutura na região leste da cidade. Para receber os recursos, assinou Tebaldi, o NBH terá que apresentar mais projetos. "Em 92, a

avenida ao lado do canal de contenção do mangue, que ligará o Espinheiros até o aeroporto, no bairro Cubatão, estará asfaltada", garantiu.

ROBERTO ADAM



Gaspar (detalhe acima) sempre denunciou as invasões de mangues, trazendo graves problemas sociais ao município

“É preciso conter as invasões no mangue e reverter o caos social”

A depredação das áreas de preservação, como é o caso de manguezais que cortam grande parte da região de Joinville, tem sido motivo de permanente discussão envolvendo diferentes setores da comunidade e um problema que se arrasta ao longo dos últimos anos. O mais lamentável, é que as maiores agressões não são cometidas pela população mais humilde e sim por grandes especuladores imobiliários e até poderosas empresas. Pelo fato de Joinville se constituir num dos mais importantes pólos industriais do País, motivando uma verdadeira “corrida” de migrantes de vários Estados, áreas que deveriam ser preservadas — sob pena de destruição da fauna e da flora marinha — acabam sendo invadidas deliberadamente, sob vistas grossas das autoridades.

“Mas o pior é que não são apenas as famílias dos operários que, a bem da verdade, invadem o mangue porque ele representa a possibilidade de construir sua cozinha. Os grandes invasores são justamente aqueles de maior poder aquisitivo”, diz João Gaspar Rosa, que tem ocupado com frequência a tribuna na Assembléia Legislativa para denunciar a situação e pedir providências. Em 1989, por sinal, o parlamentar solicitou a instalação de

uma comissão especial para investigar o registro e escrituração de imóveis em áreas de Marinha em Joinville.

O principal alvo desta investigação são os grandes proprietários de terras, relacionados em documentos que João Gaspar apresentou à Imprensa. Estão nominadas nestas certidões empresas como H. Carlos Schneider, Tupy, além dos herdeiros de Alfredo Miguel Zattar, a Imobiliária Zattar, além do ex-prefeito Wittich Freitag — proprietário de um loteamento na região de Espinheiros, próximo à lagoa de Saguçu.

“Se o mangue não pode ser utilizado pela população pobre, os ricos deveriam então ser presos por ocupá-lo indevidamente”, comentou Gaspar Rosa, que garante não ter levantado a questão apenas para que o assunto tenha alcançado conotações políticas. “Tanto que não citei o nome de ninguém ou de nenhuma empresa. Basta que se olhe os documentos, que mostram que cerca de 70 por cento dos 40 quilômetros quadrados de mangue ainda nativos de Joinville já estão registrados ou em processo de ocupação”, completa o deputado, que na época chegou a convidar os jornalistas para vistoriarem as áreas ocupadas por empresas.

Desenvolvimento esbarra na falta de moradias

Falta uma política habitacional para Joinville e a cidade se vê às voltas com loteamentos ilegais

Ricardo Barcellos

Encontrar moradia é o principal problema enfrentado pelas dezenas de migrantes que chegam mensalmente a Joinville. A maior cidade do Estado tem pago um preço alto pelo crescimento, chegando ao ponto de 50% das áreas públicas destinadas pelos loteadores para melhorias estarem ocupadas. Somente 20% dos 1.300.000 metros quadrados de propriedade da prefeitura ainda permanecem ociosos ou livres para utilização. Há também proliferação de loteamentos clandestinos, estando em tramitação na Coordenação de Assuntos Legais da Secretaria do Planejamento 206 processos, onde serão aprovados somente 66.

Embora o Executivo "esteja entre a cruz e a espada", ainda não existe uma política habitacional para resolver o problema. Até agora foram tomados somente duas atitudes, fora a polêmica urbanização dos mangues. A primeira partiu do Executivo e visa simplesmente resolver o déficit territorial: trata-se da entrada na Justiça com ações de reintegração de posse. A segunda foi a reunião da comissão legislativa que analisa a questão dos loteamentos irregulares e clandestinos com 12 loteadores na tarde de terça-feira.

A ação judicial, suspensa no mês passado por 90 dias, é uma verdadeira faca de dois gumes. Neste caso há envolvimento direto, hoje, de pelo menos 200 famílias ocupantes de 35 mil metros



Processos de loteamentos clandestinos se avolumam na prefeitura

quadrados, que podem ser despejadas após a promulgação da sentença. O assessor jurídico da prefeitura, Aymoré Palhares, mesmo colocando-se favorável à desocupação dos terrenos, não deixa de lado a questão social: "Nós temos que tomar uma atitude, até mesmo para coibir as invasões. Embora saibamos da impossibilidade de alojar este pessoal em outras áreas. Mas se não fizermos nada, mais cedo ou mais tarde poderemos sofrer cobranças por parte dos loteadores".

Politicamente, o despejo destas famílias também traria prejuízos sérios a administração Wittich Freitag e para o PMDB. Palhares afirma que a suspensão dos processos, no entanto, não foi influenciada por este ângulo da questão. "Não acredito no reflexo direto desta atitude em termos de urnas. Até mesmo porque a grande maioria dos invasores sequer é de Joinville ou vota aqui. Por isso a posição da prefeitura será conhecida no final do prazo de suspensão", argumenta o assessor jurídico, embora não tenha realizado reunião com o prefeito para discutir o assunto.

Reunião

Do outro lado, na reunião realizada na Câmara de Vereadores, as críticas quanto à falta de uma política habitacional para o município não foram poucas. Os loteadores descartaram suas baterias contra a legislação municipal de parcelamento de solos, considerada mais exigente do que a lei federal, pois para regularizar os lotes há necessidade da instalação de toda infra-estrutura, incluindo rede de água, luz e ruas ensaiadas. Isto, conciliado com

a exigência do lote possuir no mínimo 360 metros quadrados, eleva demastadamente o custo, impossibilitando a aquisição por famílias de baixa renda.

Os empresários classificaram ainda a Casan como sendo o maior "calo de seus pés", devido à morosidade na aprovação dos projetos para implantação da rede d'água nos loteamentos, atrasando a execução de obras e impedindo a legalização junto à prefeitura. Além disso, segundo eles, a companhia exige que o proprietário do loteamento se responsabilize pela manutenção do sistema de abastecimento por 180 dias.

O presidente da Associação dos Loteadores e Empreendedores Imobiliários de Joinville, Namir Zattar, considerou um verdadeiro crime o que está se fazendo hoje para resolver o problema. "Chega a ser engraçado e ao mesmo tempo revoltante a chamada urbanização dos mangues. Para fazermos um loteamento enfrentamos uma relação enorme de impecilhos, esquecendo-se que nos últimos 10 anos contribuímos com 20 mil novos lotes para reduzir o déficit local, enquanto eles despejam toneladas de dinheiro para criar uma sub-raça. Ali as pessoas estão sujeitas à doença e à destruição, além do que, a maré sempre volta e quando vai embora leva todas as benfeitorias.

Dinheiro fora

Zattar ressaltou que com o dinheiro gasto em mangues, os loteadores de Joinville poderiam entregar para a população de baixa renda pelo menos 5 milhões de metros em locais secos. "Nestas áreas, a prefeitura poderia fazer três mil lotes, mas prefere jogar dinheiro fora. As pessoas responsáveis pela liberação de recursos para mangues deveriam ser presas como criminosos, pois hoje já são responsáveis por prejuízos em pelo menos 10 mil famílias. A piada fica por conta da Caixa Econômica Federal, incapaz de financiar lotes, enquanto aplica no mangue", disse o presidente da Associação dos Loteadores.

O presidente da comissão legislativa que analisa o problema, Jaime Duarte, deverá realizar novas reuniões para debater a situação. Embora já existam duas propostas para amenizar o problema. Uma seria a redução do tamanho mínimo de cada lote, reduzindo também o seu custo, e a outra a criação de uma lei municipal, possibilitando a regularização dos loteamentos irregulares ou clandestinos cujos processos estão parados na prefeitura.



Palhares: coibir as invasões



Zattar: "Quem libera recursos para mangues deveria ser preso"

FALTAM 03 DIAS PARA A
2º JULIFEST
O Churrasco é do



Mangues de Joinville ganham verba de banco

O Bndes libera Cz\$ 600 milhões, e regularização de lotes trará benefícios à população alojada num prazo máximo de dois anos

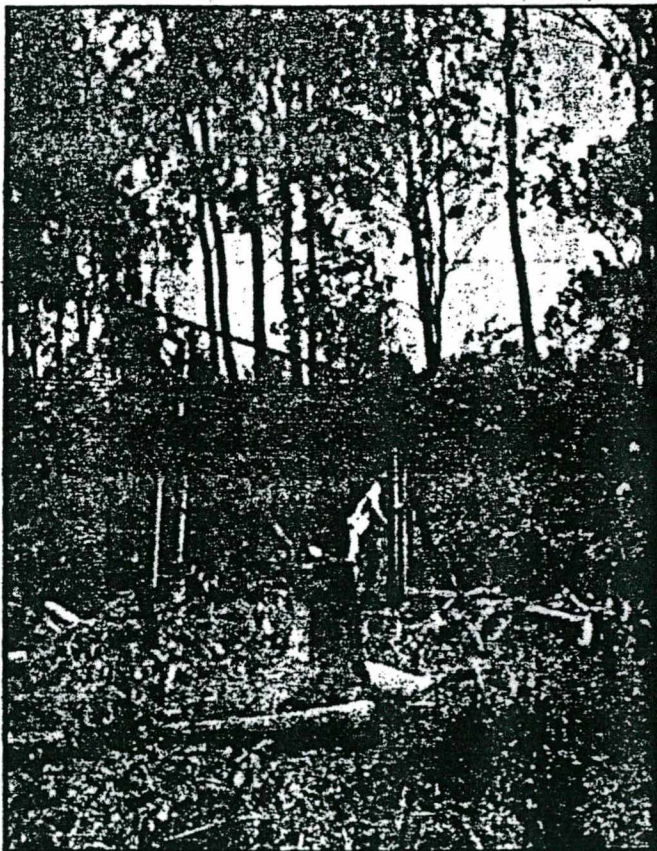
Joinville - A Prefeitura de Joinville receberá mais de Cz\$ 600 milhões a fundo perdido do Bndes (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para urbanizar lotes irregulares nos mangues e impedir novas invasões. Na próxima semana, o prefeito Wittich Freitag terá uma audiência com o presidente do Banco, Carlos Lessa, para saber mais detalhes do valor a ser liberado, que possibilitará a urbanização de 10 mil lotes. Hoje, eles são ocupados irregularmente por famílias de baixa renda.

O projeto de recuperação das áreas invadidas nos mangues de Joinville foi elaborado há mais de um ano pela Secretaria do Planejamento e somente agora obteve a liberação de recursos. A informação foi bastante comemora-

da pelo secretário dos Negócios do Governo, Orlando Roskamp.

O projeto da Prefeitura prevê a urbanização destas áreas ocupadas e a abertura de canais que impedirão a expansão de novas invasões.

A draga do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) que já interrompeu seu serviço por falta de recursos, terá agora seu trabalho assegurado até o final do projeto. Wittich Freitag calcula que estes recursos garantirão cerca de 10 mil lotes urbanizados. A área ocupada irregularmente terá canalização de água, energia elétrica e esgoto. "Este projeto deverá estar concluído num prazo de um a dois anos", calcula Freitag.



Recursos garantem a urbanização de 10 mil lotes

Foto Arquivo/DC

Os ricos destróem mangues e o pobre é que leva a culpa

É preciso reverter o caos social que se instalou nos mangues", afirma João Gaspar, que sempre denunciou a invasão de mangues por grandes especuladores imobiliários. Segundo ele, as pessoas mais humildes são forçadas a invadir mangues por falta de projetos habitacionais direcionados às famílias de baixa renda. Mas os ricos não tem motivos para ocupar as áreas de preservação, trazendo sério problema ao meio ambiente.

Página 7

Sem política habitacional, crescem invasões de terras

O déficit habitacional é o grande entrave para o desenvolvimento social de Joinville, como pode ser constatado na proliferação de loteamentos clandestinos — há cerca de 300 processos tramitando na prefeitura e menos de 70 devem ser aprovados. Também reflexos do exagerado crescimento populacional da cidade, provocado pela migração, são as invasões de áreas públicas, com a ocupação aleatória de 50 por cento

dos 1.300.000 metros quadrados destinados por loteadores para melhorias públicas. Tudo isso pela falta de uma política habitacional para o município. A prefeitura já entrou com ações de reintegração de posse de muitas áreas invadidas, mas está indecisa sobre a continuidade ou não dos processos. Os loteadores, por sua vez, pressionam o Executivo para uma maior agilização na regularização dos loteamentos. Página 5

Saúde fiscaliza o comércio

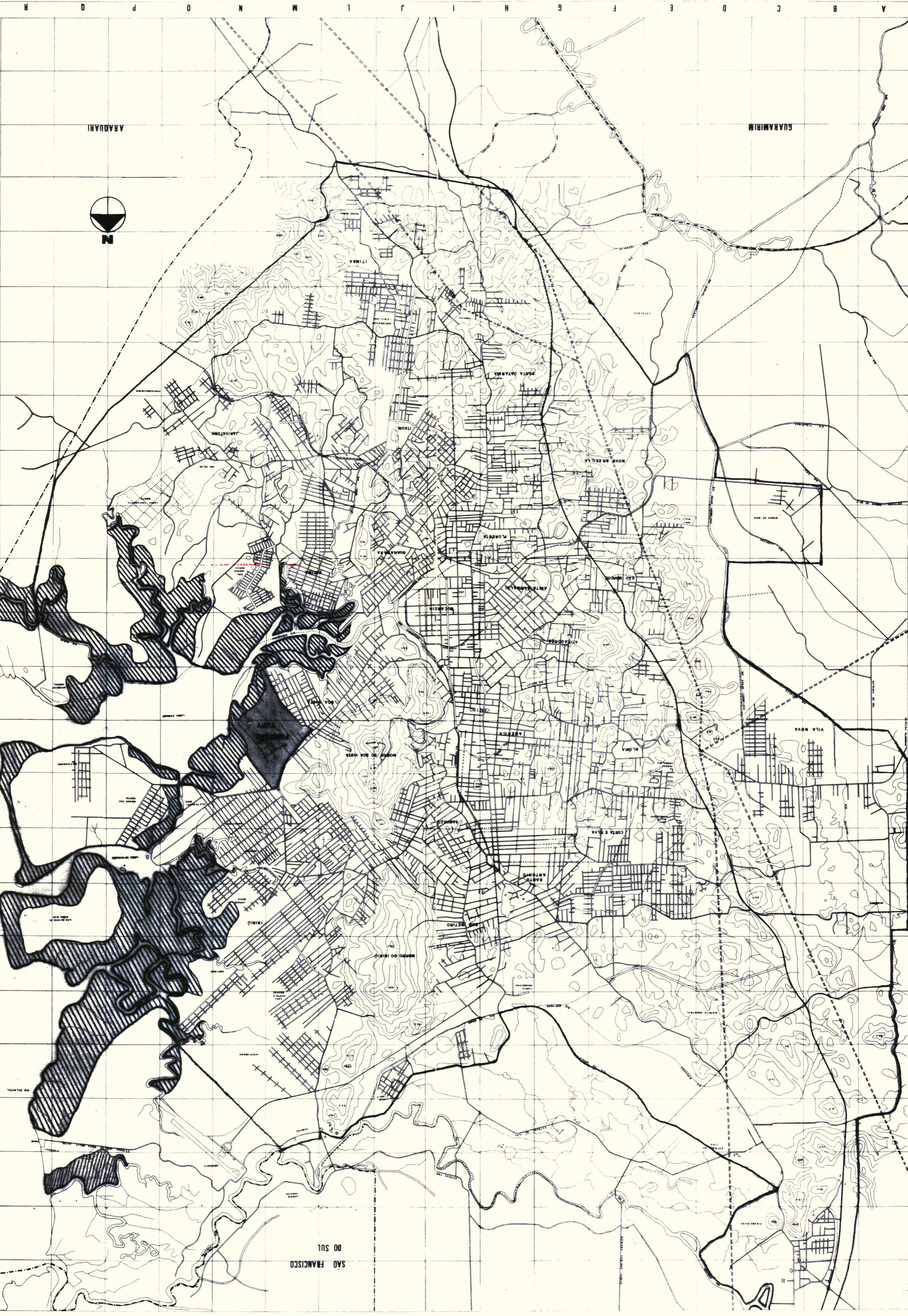
O 2º Centro de Administração Regional de Saúde iniciou ontem uma ampla operação de fiscalização sanitária que atingirá cerca de 800 a 1200 estabelecimentos comerciais de Joinville até o próximo dia 10. Uma equipe de onze técnicos da área da saúde verificará minuciosamente aspectos de higiene, qualidade dos alimentos,

estoque, equipamentos, a validade de alvarás sanitários e carteirinhas de saúde. Se forem constatadas irregularidades, o Cars pode aplicar multas que variam de 28 a 1.280 Unidades Fiscais de Referência, que equivalem hoje a Cz\$ 241,86, e até interditar comércios, segundo alerta dos coordenadores da operação. Página 5

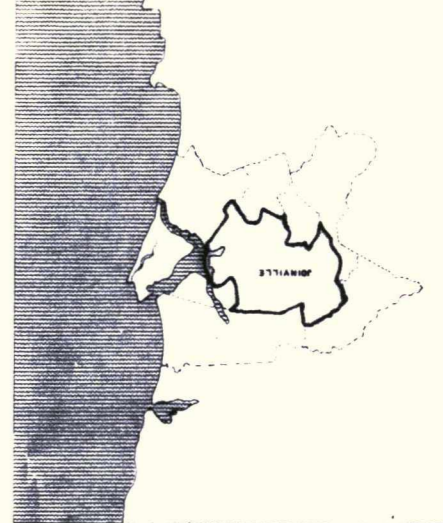
Cr\$ 200 mi para obras no mangue

O Núcleo de Bacias Hidrográficas da prefeitura de Joinville vai receber hoje do governo Collor, através do Ministério da Ação Social, Cr\$ 200 milhões a fundo perdido, que serão utilizados para a implantação de 35 quilômetros de rede de esgoto nas áreas de mangue ocupadas nos bairros Espinheiros, Jardim Iririú e Comasa do Boa Vista. Este trabalho de saneamento vai melhorar a condição de vida das famílias instaladas naquela região. A implantação dos tubos já foi iniciada no Jardim Iririú e Comasa. Semana que vem é no Espinheiros.

□ **Página 7**



- CONVENÇÕES**
- ELEMENTOS FISICOS
 - RODOVIA FEDERAL
 - ESTRADA VICINAL
 - LINHA FERREA
 - RUA DE ALTA TENSÃO
 - LINHA DE TENSÃO
 - CANAL DE VULSÃO
 - CANAL DE DRENAGEM
 - LINHAS DE DRENAGEM
 - LIMITE DO MUNICIPIO
 - LIMITE DO DISTRITO
 - LIMITE DO PERIMETRO URBANO
 - DIVISÃO DE BARRIOS
 - AREA DE PRESERVAÇÃO (COTR. 40)
 - AREAS DE MANGUEZIS



Localização de Complexo Industrial da Fundação Typy

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL

MAPA
JOINVILLE
ESTRUTURACÃO URBANA / 87



A B C D E F G H I J 0 1 2 3 4 5 6 7 8

SÃO FRANCISCO DO SUL